

ANNE DINAURA FRIGO

**OFERTA DE CRÉDITO À INDÚSTRIA PELOS BANCOS PRIVADOS APÓS O PLANO
REAL**

Monografia apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Economia no Curso de Ciências Econômicas, Setor de Ciências Sociais aplicadas da Universidade Federal do Paraná.

Orientador: Prof. Dr. Marcelo Luiz Curado

CURITIBA

2005

TERMO DE APROVAÇÃO

ANNE DINAURA FRIGO

**OFERTA DE CRÉDITO À INDÚSTRIA PELOS BANCOS PRIVADOS APÓS O PLANO
REAL**

Monografia aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em Ciências Econômicas, Setor de Ciências Sociais Aplicadas da universidade Federal do Paraná.



Prof. Marcelo Luiz Curado

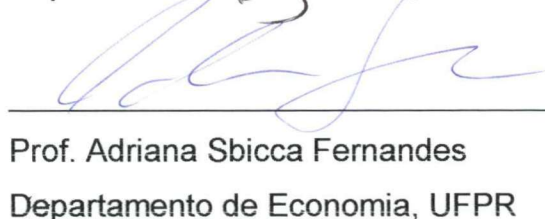
Orientador:

Departamento de Economia, UFPR



Prof. Patricia Rosentaski de Oliveira

Departamento de Economia, UFPR



Prof. Adriana Sbicca Fernandes

Departamento de Economia, UFPR

Curitiba, 01 de dezembro de 2005.

SUMÁRIO

LISTA DE GRÁFICOS	3
LISTA DE QUADROS	4
LISTA DE TABELAS	5
1 INTRODUÇÃO	8
2 O MERCADO BANCÁRIO	9
2.1 REGULAÇÃO BANCÁRIA NO BRASIL E MUDANÇAS NA LEGISLAÇÃO DO SISTEMA FINANCEIRO BRASILEIRO.....	9
2.2 A ADESÃO DO BRASIL AO ACORDO DE BASILÉIA.....	10
2.3 O PROGRAMA DE ESTÍMULO À REESTRUTURAÇÃO E AO FORTALECIMENTO O SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL (PROER).....	12
2.4 PRIVATIZAÇÃO DOS BANCOS ESTADUAIS.....	15
2.5 DESNACIONALIZAÇÃO BANCÁRIA.....	17
2.6 CONCENTRAÇÃO BANCÁRIA NO BRASIL.....	21
2.6.1 O número de Instituições Financeiras.....	24
3 A QUESTÃO DO FINANCIAMENTO NO BRASIL	27
4 EVOLUÇÃO DA OFERTA DE CRÉDITO	37
4.1 A EVOLUÇÃO DA OFERTA DE CRÉDITO PELOS BANCOS COMERCIAIS PARA A INDÚSTRIA NACIONAL.....	37
5 CONCLUSÃO	45
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	46
ANEXO I	48

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 – FONTES DE FINANCIAMENTO DE EMPRESAS INDÚSTRIAS EM PAÍSES SELECIONADOS.....	29
GRÁFICO 2 – PADRÃO DE FINANCIAMENTO DAS EMPRESAS INDUSTRIAIS NO BRASIL.....	31
GRÁFICO 3 – SISTEMA BANCÁRIO – CRÉDITO AOS SEGMENTOS PRODUTIVOS EM RELAÇÃO AO TOTAL.....	39
GRÁFICO 4 – BANCOS PRIVADOS: CRÉDITO AO SETOR PRODUTIVO.....	40
GRÁFICO 5 – BANCOS PÚBLICOS: CRÉDITO AO SETOR PRODUTIVO.....	40
GRÁFICO 6 – MÉDIA ANUAL DE EMPRÉSTIMOS AO SETOR INDUSTRIAL.....	42

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 – FUSÕES E AQUISIÇÕES COM INCENTIVOS DO PROER.....	22
QUARO 2 – PRIVATIZAÇÕES DE BANCOS PÚBLICOS.....	23

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 – NÚMERO DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS.....	25
TABELA 2 – EMPRÉSTIMOS BANCÁRIOS AO SETOR PRIVADO.....	28
TABELA 3 – FONTES DE FINANCIAMENTOS DOS INVESTIMENTOS INDUSTRIAIS.....	32
TABELA 4 – CARACTERÍSTICAS DAS EMPRESAS BRASILEIRAS – 1995/97.....	33
TABELA 5 – EMPRÉSTIMOS DO SISTEMA FINANCEIRO DISTRIBUÍDO POR TOMADOR (EM %)......	41
TABELA 6 – CRESCIMENTO REAL DO CRÉDITO BANCÁRIO PARA A INDÚSTRIA 1994-2004.....	43
TABELA 7 – CRESCIMENTO REAL DO CRÉDITO BANCÁRIO PARA PESSOA FÍSICA 1994-2004.....	44

RESUMO

Demonstração da evolução da oferta de crédito destinado às indústrias pelos bancos privados no período pós-Plano Real, com especificação de algumas mudanças ocorridas no mercado financeiro bancário após 1994, configurando entre elas a regulação bancária, a adesão do Brasil ao Acordo de Basileia, o PROER (Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Financiamento do Sistema Financeiro Nacional), o PROES (Programa de Incentivo para a Reestruturação do Sistema Financeiro Estatal), a entrada de bancos estrangeiros no mercado nacional, e a conseqüente concentração bancária no setor. Discute sobre o financiamento da indústria no Brasil, apontando algumas comparações com outros países quanto ao padrão e as fontes de financiamento observados nas empresas nacionais para a realização de seus projetos. Apresenta a partir de dados do Banco Central o crescimento percentual dos empréstimos bancários destinados à indústria entre 1994 e 2004, e também o mesmo crescimento observado para o consumo de pessoa física.

1 INTRODUÇÃO

O objetivo desta monografia é demonstrar a evolução do crédito ofertado pelos bancos comerciais à indústria brasileira no período pós-Plano Real. A justificativa para o trabalho é simples. O setor produtivo _ elemento central para o processo de desenvolvimento econômico _ depende, em grande medida, das condições vigentes no mercado de crédito. Analisar a evolução do crédito para o setor produtivo constitui, portanto, num elemento relevante do atual debate sobre o desenvolvimento econômico.

A metodologia utilizada foi paltada em uma discussão sobre o financiamento para a indústria no país, com algumas comparações internacionais, o levantamento das mudanças ocorridas no setor financeiro após a estabilização da economia propiciada pelo Plano Real e a posterior averiguação da evolução da oferta de crédito a partir de 1994.

Esta monografia está dividida em três capítulos. O primeiro capítulo discute as mudanças ocorridas no setor financeiro bancário no período pós-Plano Real, como a regulação bancária ocorrida, a adesão do Brasil ao Acordo de Basiléia, a entrada no país de bancos estrangeiros, os programas de reestruturação bancária PROER e PROES, e também mostra que houve concentração bancária no período. O segundo capítulo discute a questão do financiamento no Brasil, mostrando o padrão de financiamento das indústrias nacionais e também a comparação deste padrão de financiamento entre o Brasil e alguns países. O terceiro capítulo mostra a evolução do crédito dos bancos comerciais destinados à indústria.

2 O MERCADO BANCÁRIO

O objetivo deste capítulo é discutir o sistema bancário no período Pós-Plano Real, destacando-se as mudanças que ocorreram na regulação e na legislação bancária nos últimos 11 anos. Dentre elas, a adesão do Brasil ao Acordo de Basileia, o PROER (Programa de Estímulo à Reestruturação e o Fortalecimento do Sistema Financeiro Nacional) o PROES (Programa de incentivo para a Reestruturação do Sistema Financeiro Estatal) e a entrada de bancos estrangeiros no país.

2.1 REGULAÇÃO BANCÁRIA NO BRASIL E MUDANÇAS NA LEGISLAÇÃO DO SISTEMA FINANCEIRO BRASILEIRO

O interesse pela situação dos sistemas financeiros de países emergentes cresceu substancialmente na década de 1990. Para PUGA (1999), no Brasil, os programas de ajuste do sistema financeiro ocorridos na década de 1990 têm sido considerados de fundamental importância para diferenciá-lo das demais nações emergentes, assim como a entrada de instituições estrangeiras também tem contribuído para dar mais solidez ao sistema financeiro, já que aumenta a concorrência entre as instituições.

O sistema financeiro antes de 1988 estava embasado nas reformas financeiras de 1964 e 1965, que estabelecia um sistema de instituições especializadas. Os bancos comerciais somente podiam realizar operações de crédito de curto prazo, captando depósitos à vista, enquanto que os bancos de investimento e desenvolvimento seriam responsáveis pelos empréstimos de longo prazo, a partir de depósitos a prazo e de recursos no exterior, como destaca PUGA (1999, p.9) "As instituições financeiras de um mesmo grupo podiam operar juntas utilizando o mesmo espaço físico, mas com a contabilidade deveria ser separada, para se enquadrar na legislação". A Constituição de 1988, em seu artigo 192 separou as instituições bancárias das não-bancárias (PUGA, 1999). Em junho de 1988, segundo PUGA (1999) o Banco Central introduziu o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro (Cosif), que permitiu a unificação das

instituições financeiras em um mesmo plano contábil. Com a Resolução 1.524 de setembro de 1988, a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) permitiu a criação dos bancos múltiplos, que passariam a operar no mínimo em duas e no máximo em quatro das funções antigas: bancos comerciais, bancos de investimento, bancos de desenvolvimento, financeiras e instituições de poupança e empréstimos (PUGA, 1999, p.9). Para o autor as mudanças na área financeira após o Plano Real, como a adesão do Brasil ao Acordo de Basiléia, o PROER e o PROES tiveram o intuito de fortalecer e reestruturar o sistema financeiro nacional.

2.2 A ADESÃO DO BRASIL AO ACORDO DE BASILÉIA

Em 1988, o BIS (Bank for International Settlement), organização internacional com sede em Basiléia, Suíça, que tem como atribuição principal a de buscar a cooperação entre Bancos Centrais no sentido da estabilidade monetária e financeira mundial, patrocinou um acordo entre os países do G-10 denominado de Acordo de Basiléia, por meio do qual estabeleceu um novo padrão de regulação bancária internacional (MAEDA, 2005).

O Acordo de Basiléia foi o resultado de uma iniciativa internacional dos países membros do Basle Committee on Banking Supervision para o desenvolvimento e estabelecimento de padrões prudenciais de capital para riscos de crédito assumidos pelos bancos. Os seus principais objetivos, segundo MAEDA (2005) eram fortalecer o sistema financeiro internacional e promover a convergência de padrões nacionais de capital, removendo desigualdades competitivas entre os bancos. SOARES (2001) coloca como objetivo do Acordo minimizar os riscos de insucesso da atividade bancária, e com isso, alcançar maiores garantias para a solvência e a liquidez do sistema bancário internacional.

Inicialmente, o acordo tinha como alvo apenas os bancos internacionalmente ativos. O acordo foi discutido e aprovado, segundo SOARES (2001), pelos representantes dos Bancos Centrais do grupo dos países denominados G-10. Além dos países do G-10 adotarem suas recomendações centrais, os países industrializados o

adotaram e também um grande número de países emergentes e em desenvolvimento, segundo CARVALHO (2000). O autor destaca que no final da década de 1990, o FMI e o Banco Mundial tornaram a adesão ao acordo o elemento principal da avaliação da saúde financeira dos países membros. “Ao aderir ao Acordo, a autoridade monetária do país assume o compromisso de exigir dos bancos nacionais um nível de capital que seja compatível com o volume de suas operações ativas”. (SOARES, 2001, p.28)

A adesão do Brasil ao Acordo de Basiléia ocorreu em agosto de 1994, no mesmo momento em que a economia se estabilizava. O Banco Central editou a Resolução 2.099, que estabelecia os limites mínimos de capital para a constituição de um banco, além dos limites adicionais que variavam de acordo com o grau de risco dos ativos. Pela Resolução acima as instituições deveriam manter um nível mínimo de Patrimônio Líquido Ajustado¹ (PLA) correspondente a 8% dos ativos ponderados pelo risco.

Segundo SOARES (2001), para elevar os requerimentos de capital dos bancos, o Acordo estabelece um novo sistema de cálculo de capital, considerando os vários ativos dos bancos e os seus riscos de perda, e permitindo estimar o capital que o banco deve ter, que é conhecido como Patrimônio Líquido Exigível (PLE).

Segundo SOARES (2001), com essa nova sistemática, o montante de capital de um banco é determinado em função de dois conceitos.

‘O primeiro refere-se à razão capital-ativo e corresponde ao inverso da alavancagem, por exemplo, se a alavancagem for definida em 12,5, o inverso será 0,8. Essa razão mostra a relação entre capital e ativo que o banco deve manter. Se esta for definida em 0,08%, tem-se que, para cada 100 de ativos, o banco necessita manter 8 de capital. Em outras palavras, o capital do banco sustenta 8% do total do ativo, sendo o restante 92% financiado pela dívida. O segundo conceito refere-se ao risco diferenciado das operações ativas. Assim, o banco que assume grandes riscos em sua carteira de empréstimos, por exemplo, deve ter mais capital do que se fosse mais conservador na sua política de empréstimos’ (SOARES, 2001, p. 27)

O Acordo, segundo SOARES, recomenda aos países alavancagem de 12,5 e cinco categorias de risco para ativos. A Resolução 2.099 adere à alavancagem

¹ Segundo SOARES (2001), a soma dos componentes do capital de um banco é conhecida como PLA. Para o Acordo o PLA de um banco é formado pela soma dos valores contidos em duas categorias de contas: de nível 1 e de nível 2. As de nível 1 são consideradas integralmente no PLA, expressam o montante de capital social, reservas de capital, reservas de lucros livres etc. As de nível 2 são parcialmente consideradas e referem-se às reservas de contingências, às reservas especiais de lucros não distribuídos entre outras.

recomendada, porém classifica os riscos em quatro categorias, com ponderação de 0%, 20%, 50% e 100%, segundo SOARES (2001 p.30).

1. Risco nulo: fator de ponderação zero, atribuído aos ativos como recursos em caixa, reservas junto à autoridade monetária, títulos públicos federais (Letras Financeiras do Tesouro, Letras do Tesouro Nacional, Notas do Tesouro Nacional, Letras do Banco Central, etc.) e reservas em moeda estrangeira depositadas no Banco Central;
2. Risco reduzido: fator de ponderação 20%, atribuído aos depósitos bancários de livre movimentação mantidos em bancos, aplicações em ouro, disponibilidades em moeda estrangeira e créditos tributários;
3. Risco reduzido: fator de ponderação 50%, atribuído aos títulos estaduais e municipais, financiamentos habitacionais e aplicações no interbancário;
4. Risco normal: fator de ponderação 100%, atribuído às operações de empréstimos e financiamentos, aplicações em ações, debêntures, obrigações da Eletrobrás, Títulos da Dívida Agrária, operações vinculadas a boias de valores, de mercadorias e de futuros.

SOARES (2001) destaca que ocorreram algumas alterações na Resolução 2.099. Essas alterações, segundo o autor são apresentadas pelas autoridades do Banco Central como exigências mais rigorosas ou aperfeiçoamentos da norma original, as quais aumentaram ainda mais a segurança do sistema bancário. Dentre as alterações SOARES (2001 p.31) aponta:

A Resolução nº 2.399, de julho de 1997, e a Circular nº 2.784 de novembro de 1997, que exigem a razão capital-ativo maior, passando dos 0,08 recomendados pelo Acordo e inicialmente acatada pelo Banco Central. A Resolução exige uma razão de 0,10 e a Circular 0,11. Esse percentual, segundo SOARES (2001) reduz a capacidade de alavancagem dos bancos de 12,5, para respectivamente 10 e 9,09 vezes o patrimônio líquido dos bancos.

2.3 O PROGRAMA DE ESTÍMULO À REESTRUTURAÇÃO E AO FINANCIAMENTO DO SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL (PROER)

Com o advento da estabilidade obtida pelo Plano Real, vários bancos entraram em dificuldades, devido à perda das receitas inflacionárias. Até então, a principal política de saída do mercado bancário baseava-se no poder do Banco Central para intervir nas instituições. Segundo MAIA (2003), o poder do Banco Central mostrava-se apropriado para lidar com instituições pequenas e médias em dificuldades, e que ofereciam pouco risco de contágio. Para a autora os problemas que afetaram o sistema bancário em 1995, como os créditos em atraso e em liquidação, a crise mexicana e a liquidação do Banco Econômico, tiveram uma magnitude expressiva, requerendo uma nova reestruturação política, pois grandes bancos estavam em dificuldades, e cuja quebra poderia colocar em risco o funcionamento do sistema.

Em novembro de 1995 o governo estabeleceu um conjunto de medidas voltadas para a reestruturação e o fortalecimento do sistema financeiro. O PROER, segundo MAIA (2003) foi instituído em 1995, com a Resolução nº 2.208, pelo Conselho Monetário Nacional, e pela Medida Provisória nº 1.179, posteriormente convertida na Lei nº 9710/98.

O PROER, segundo MAIA (2003) criou uma linha especial de assistência financeira destinada a financiar reorganizações administrativas, operacionais e societárias de instituições que resultassem na transferência de controle ou na modificação de objeto social de instituições financeiras. As instituições que participariam desse programa poderiam ficar temporariamente liberadas do atendimento dos limites operacionais referentes ao Acordo de Basiléia. Os recursos do Programa, segundo a autora, eram oriundos dos depósitos compulsórios recolhidos pelas próprias instituições integrantes do sistema financeiro nacional.

Com a Medida Provisória 1.179, foram criados incentivos fiscais para a incorporação de instituições financeiras, permitindo que a instituição incorporadora passasse a contabilizar como perda os créditos de difícil recuperação da instituição adquirida. (PUGA, 1999).

O acesso ao PROER, segundo MAIA (2003 p.4), dependeu da autorização do Banco Central, e restringiu-se a bancos múltiplos, bancos comerciais, bancos de investimento, bancos de desenvolvimento, associações de poupança e empréstimo,

financeiras e sociedades de crédito imobiliário. Por meio do Programa, importantes instituições financeiras estrangeiras puderam ingressar no mercado brasileiro. O Programa foi implementado por meio de reorganização administrativa, operacional e societária de instituições problemáticas, desde que implicasse na transferência de seu controle acionário.

Para MAIA (2003), são dois os princípios gerais do PROER: salvaguardar o sistema de pagamentos (ou seja, proteger os depósitos) e penalizar más políticas bancárias. O PROER compreende dois modelos gerais, segundo a autora. O primeiro aplica-se aos grandes bancos e o segundo, aos bancos pequenos e médios. No caso dos bancos grandes, a instituição problemática é dividida em duas: o “banco bom”, constituído pelos ativos bons e pelos depósitos do banco problemático, e o “banco ruim”, compreendido pelos ativos restantes e pelas demais obrigações do banco problemático.

‘O banco adquirente tem liberdade para selecionar os ativos do banco problemático (ativos bons), mas fica obrigado a assumir todos os seus depósitos. As operações do PROER tiveram por finalidade cobrir o hiato patrimonial do ‘banco bom’, equilibrando seu balanço patrimonial. Todavia, a assistência do PROER sensibiliza o patrimônio de ambos os bancos convertendo-se em ativo do ‘banco bom’ (reservas bancárias) e em passivo do ‘banco ruim’ (dívida junto ao PROER). Após a operação do PROER, o banco bom, saneado, é vendido, dando origem a outro banco, com nova personalidade jurídica. O banco ruim entra em processo de liquidação extrajudicial pelo Banco Central’ MAIA (2003, p.5).

O segundo modelo do PROER foi concebido para bancos médios e pequenos. Nesse caso, o banco problemático é simplesmente vendido, sem a divisão contábil entre “banco bom” e “banco ruim”. Como o banco novo precisa ser capitalizado, a operação do PROER fornece liquidez para que o banco que adquiriu seja capaz de atender a eventuais saques de depositantes, segundo MAIA (2003).

MAIA (2003 p.7), destaca que no total as operações do PROER somaram R\$ 20,4 bilhões, aproximadamente 2,7% do PIB médio dos anos de 1995, 96 e 97. Ao todo, oito Fusões e Aquisições (F&As) foram realizadas pelo PROER, sendo 4 sob o primeiro modelo e 4 sob o segundo. Essas aquisições, para MAIA (2003) alteraram radicalmente a estrutura do mercado bancário no Brasil.

Segundo PUGA (1999 p.13) a Medida Provisória de 1995, de nº 1.182 ampliou os poderes do Banco Central, de maneira que realize ações preventivas, permitindo que a autoridade monetária exija das instituições com problemas de liquidez um novo aporte de recursos, a transferência do controle acionário ou a organização societária por meio de incorporação, fusão ou cisão. Esta medida foi convertida na Lei 9.447 de março de 1997.

Em novembro de 1995, conforme PUGA (1999 p.12) a Resolução 2.212 dificultou a constituição de novas instituições financeiras e criou incentivos a fusão, incorporação e transferência de controle acionário. Essa resolução estabeleceu um limite inicial maior de capital para a constituição de novos bancos, sendo que, nos dois primeiros anos de funcionamento da instituição financeira, o patrimônio líquido ajustado corresponderia a 32% dos ativos ponderados pelo risco, percentual que cairia gradualmente até o sexto ano, até quando vigoraria o limite de 8% do Acordo de Basileia. Os casos de transferência, incorporações e fusões, segundo o autor, ficaram isentos dessa nova exigência. PUGA (1999) ainda destaca que passou a ser exigido que os controladores das instituições comprovem ter uma situação econômica compatível com o empreendimento e correspondente a no mínimo 220% do maior dos seguintes parâmetros: valor patrimonial contábil, capital mínimo para a instituição previsto na regulamentação vigente, e preço de aquisição.

Em 1997, como argumenta PUGA (1999), o Conselho Monetário Nacional criou o Sistema Central de Risco de Crédito, pela Resolução 2.390, estabelecendo que as instituições financeiras devem identificar e informar ao Banco Central sobre clientes (pessoas físicas e jurídicas) que possuam saldo devedor superior a R\$ 50 mil. O sistema também permite que as instituições financeiras tenham acesso ao saldo devedor de cada cliente, para que os bancos possam distinguir os tomadores de crédito.

2.4 PRIVATIZAÇÃO DOS BANCOS ESTADUAIS

O mecanismo utilizado pelo governo federal para a privatização dos bancos estaduais foi o PROES (Programa de Incentivo para a Reestruturação do Sistema Financeiro Estatal). O principal objetivo do PROES, segundo PUGA (1999), foi o de reduzir a participação dos bancos estatais no sistema bancário brasileiro, realizado dentro de um contexto mais amplo de ajuste fiscal dos estados e de reestruturação da dívida pública. O principal argumento contrário aos bancos estaduais, como destaca PUGA (1999), referia-se ao tipo de relacionamento que essas instituições costumavam ter com seus controladores e com o governo federal, pois eram poucas as restrições ao volume de financiamentos que os governos estaduais podiam obter de seus bancos.

'Havia um abuso de endividamento, pois os estados ficavam inadimplentes e os seus bancos acabavam tendo problemas de liquidez. As pressões políticas dos governadores faziam com que o Banco Central socorresse essas instituições, através de redescontos ou empréstimos de liquidez, injetando liquidez no mercado. Conseqüentemente, havia emissão de moeda, o que dificultava a condução da política monetária e a estabilização da economia' (PUGA, 1999 p. 15).

O PROES teve início em agosto de 1996, através da Medida Provisória nº 1.514, com a finalidade de sanear o sistema financeiro público estadual. A ajuda federal de 100% dos recursos, segundo PUGA (1999), foi condicionada ou à privatização das instituições ou à sua transformação em agências de fomento ou à sua liquidação. Caso não houvesse transferência do controle acionário ou transformação em agências de fomento, a ajuda federal ficaria em 50% dos recursos necessários, e o restante deveria ser arcado pelos governos estaduais, sendo necessária a quitação antecipada de dívidas junto à instituição financeira. Também foi especificado, como destaca o autor, na Medida Provisória nº 1.514, que os estados deveriam prestar as garantias necessárias e também foi autorizado, em casos de inadimplência, que o Tesouro sacasse os respectivos montantes contra as contas bancárias depositárias das receitas próprias ou contra transferências constitucionais das respectivas unidades da Federação.

Em julho de 1998, devido à inviabilidade econômica da maioria dos bancos estaduais, a Medida Provisória nº 1.702 estabeleceu que a única opção ainda em vigor, em contrapartida à concessão do financiamento da União para os necessários ajustes

patrimoniais, seria a passagem do controle das instituições para o governo federal, que deveria necessariamente privatizá-los ou extingui-los (PUGA, 1999, p.17).

Na data do estabelecimento do PROES, em agosto de 1996, o sistema público estadual era composto de 35 instituições, sendo 23 bancos comerciais ou múltiplos. Destes 35 bancos estaduais, 10 foram extintos, 6 privatizados pelos governos estaduais, 7 federalizados para posterior privatização, 5 reestruturados com recursos do PROES e apenas 3 não participaram do programa, conforme dados de julho de 1998 (PUGA, 1999). O autor destaca que é importante ressaltar que, das privatizações, a grande maioria teve participação dos bancos nacionais, acabando por diminuir o número de bancos e aumentando a concentração bancária.

2.5 DESNACIONALIZAÇÃO BANCÁRIA

A União Monetária Européia reduziu as barreiras de eficiência para a consolidação bancária dentro das fronteiras da região, segundo PAULA (2003). Para o autor, isso reduziu ou eliminou as diferenças entre moedas e as estruturas regulatórias, tornando em tese mais fácil e menos custoso para as instituições operarem nas fronteiras dos países da região. PAULA (2003) destaca que teoricamente, foram criadas as mesmas oportunidades para atividades de fusões e aquisições (F&As) na Europa e nos EUA, e que, evidências empíricas mostraram que as F&As bancárias na União Européia permaneceram em boa medida confinadas dentro das fronteiras nacionais. Destaca que, parece haver alguns impedimentos para fusões e aquisições dentro dos países da UE e um incentivo para que tal atividade aconteça fora da região. Um desses incentivos seria a ausência de uma agência regulatória única da UE.

Para PAULA (2003), há um movimento não explícito dentro da União Européia de se fortalecer os bancos em cada país para competir no mercado europeu e global. A recente onda de bancos estrangeiros na América Latina foi predominantemente de bancos europeus. PAULA (2003) destaca que o entendimento correto dessa onda deve levar em consideração tanto o processo de consolidação bancária na Europa quanto nos EUA. Acrescenta, que a tímida presença dos bancos americanos no processo de

F&As na América Latina pode ser explicado em parte pelo fato de que, além de já terem uma presença antiga no mercado latino-americano, eles estavam absorvidos pelo processo de fusões e incorporações no próprio mercado doméstico americano, que passou por um importante movimento de desregulamentação nos anos 1990.

Houve, segundo CARVALHO (2002), um aumento da participação estrangeira no sistema financeiro nas economias em desenvolvimento na década de 1990. Este aumento da oferta de Investimento Externo Direto (IED) faz parte de um processo de reestruturação do sistema financeiro internacional que já vinha ocorrendo nas décadas anteriores. Segundo CARVALHO (2002) são cinco os aspectos dessa reestruturação que têm relevância:

- a) a desregulamentação financeira, ou seja, uma série de mudanças na regulação que reduziram a tradicional segmentação entre mercados bancários e não bancários;
- b) a securitização secundária, ou crescimento dos mercados de títulos e do financiamento direto, com os processos de securitização e o desenvolvimento dos mercados de derivativos;
- c) a expansão do papel dos investidores institucionais nos mercados de títulos privados;
- d) o processo de fusões e aquisições entre instituições financeiras, especialmente entre bancos, o que ampliou muito o tamanho e o escopo da atuação dos bancos internacionais e modificou substancialmente as condições da concorrência; e
- e) o acirramento do processo de internacionalização dos bancos em busca de novos mercados, devido ao crescimento da concorrência, com destaque para os efeitos da consolidação da Comunidade Econômica Européia.

O processo de internacionalização bancária pode ser compreendido como uma extensão do processo de conglomeração de atividades. Contudo, segundo CARVALHO (2002, p.19),

... a determinação do volume de IED direto para um país específico é uma função de duas grandes variáveis: a motivação dos bancos estrangeiros para realizar o IED, e os fatores de

atração de um país específico. Mas entre os determinantes desta tendência, os autores destacam a forte pressão competitiva nos mercados maduros dos países centrais, suficientes para induzi-los a buscar 'vantagens comparativas' em outros países por meio do desenvolvimento de produtos e de serviços'

Pelo lado dos governos dos países emergentes, como destaca CARVALHO (2002), o interesse em atrair investimentos e em ampliar a abertura externa teve grande importância, e também o desejo de aumentar a estabilidade e a eficiência de suas economias. A abertura dos mercados domésticos foi a resposta das autoridades governamentais de alguns países aos avanços tecnológicos e às crises bancárias da década de 1990. O ingresso no Brasil, para o autor, no entanto, também esteve vinculado inicialmente à necessidade de aquisição de bancos problemáticos (Banco Excel-Econômico e Banco Bamerindus, por exemplo). Para os bancos estrangeiros os principais fatores atrativos estão ligados às expectativas de retornos e aos marcos regulatórios que definem sua atuação.

O mercado bancário no Brasil se tornou atrativo durante os anos 1990, como argumenta CARVALHO (2002). Houve liberação da entrada de bancos estrangeiros, bem como da movimentação de capitais. A expectativa de retorno, no caso do Brasil, era justificada pela expectativa de aumento das atividades de crédito aliada à expectativa de retomada do crescimento econômico, o que estimula a demanda por crédito e garante a solvência dos tomadores.

A liberação da entrada de bancos estrangeiros no Brasil teve início em 1995. "A decisão de abrir o varejo bancário para os estrangeiros tinha a redução dos juros e do custo dos serviços financeiros como apenas um dos seus objetivos" (CARVALHO, 2002, p.28). Para este, essa é a conclusão a que se chega pela Exposição de Motivos (EM) nº 311, do Ministério da Fazenda (24/08/1995), documento sobre os motivos que levaram o governo a adotar essa política. Para o autor, as razões podem ser reunidas em três aspectos: (1) a fragilidade dos bancos nacionais com o fim da inflação elevada, a qual teria deixado visível a escassez de capitais nacionais para o processo de atualização tecnológica típico das instituições financeiras competitivas. A EM nº 311, segundo CARVALHO (2002), afirmava que as instituições financeiras brasileiras eram ineficientes administrativamente e compensavam essa fragilidade com os ganhos da

inflação; (2) fala das orientações gerais da política econômica do período, em termos de abertura externa e de captação de recursos, para manter o financiamento do balanço de pagamentos; (3) apóia-se na convicção de que os bancos estrangeiros teriam maior qualificação no que diz respeito a recursos tecnológicos e a eficiência operacional. Aponta-se aí uma visão sobre a concorrência bancária: a presença dos bancos estrangeiros seria positiva só por implicar maior concorrência.

'Os bancos estrangeiros mostraram interesse tanto pelas áreas de varejo como pelas de banco de investimento, nas quais tradicionalmente se especializaram. No primeiro caso, não há indicativos de que sua expansão tenha ido além da compra de redes já existentes, ou seja, não há indicadores de aumento da participação de mercado como resultado de expansão de crédito em ritmo superior ao dos bancos nacionais concorrentes. Nas áreas de investimento, nota-se importante reação dos nacionais à maior desenvoltura dos estrangeiros' (CARVALHO, 2002, p.40)

As principais aquisições feitas por bancos estrangeiros foram as seguintes, de acordo com PAULA (2003): (i) a compra do Bamerindus pelo britânico HSBC; (ii) o espanhol Santander comprou o Banco Geral do Comércio em agosto de 1997 e o Noroeste em outubro de 1997 e em 2000 adquiriu o Grupo Meridional, e, também em 2000, em seguida em novembro de 2000 comprou o Banespa (maior aquisição bancária feita nos últimos anos); (iii) o Sudameris, de controle italiano/francês, adquiriu o Banco América do Sul em março de 1998; (iv) o espanhol Bilbao Vizcaya adquiriu, em outubro de 1998 o Excel-Econômico; (v) o holandês ABN Amro Bank comprou o Banco do Estado de Pernambuco e em 1998 o Banco Real, passando a ser o maior banco estrangeiro na época.

Houve uma reação dos bancos privados nacionais, principalmente Itaú, Bradesco e Unibanco, à penetração dos bancos estrangeiros, participando ativamente do processo de fusões e aquisições. PAULA (1998) assinala a compra do Banerj, BENGÉ, Banestado, Banco Fiat e BBA pelo Itaú; BCN/Credireal, Boavista, Banco Ford, Mercantil de São Paulo e BBV Banco pelo Bradesco; Nacional, Bandeirantes e Fininvest pelo Unibanco. "Os bancos privados nacionais vêm desde o início participando ativamente das ondas de fusões e aquisições,...., mantendo sua hegemonia no setor bancário brasileiro, com participação relativa de 36,9% do total de ativos em 2002, contra 27,4%

dos bancos estrangeiros e 28,8% dos bancos federais (Banco do Brasil e CEF) no ano de 2002". PAULA (1998 p. 18)

Para CARVALHO (2002), não é possível ainda saber se os bancos estrangeiros irão impulsionar ou não as operações de crédito, visto que tais operações são sensíveis à conjuntura macroeconômica. Além disso, como destaca o autor, os anos após o Real caracterizam-se por um aumento da preferência pela liquidez no conjunto do sistema como resposta a instabilidade. Taxas de juros elevadas nas operações com títulos públicos federais, bem como a possibilidade de exploração de desvalorização cambial de 1999, deram oportunidade aos bancos para amealharem grandes lucros com operações de tesouraria. CARVALHO (2002) argumenta que os indicadores reunidos em seu artigo sugerem que o aumento da presença dos bancos estrangeiros no mercado brasileiro não alterou as condições de crédito e de prestação de serviços financeiros às empresas do país no período pós-Plano Real.

2.6 A CONCENTRAÇÃO BANCÁRIA NO BRASIL

Com o objetivo de estimular a concorrência bancária no Brasil foram realizadas as privatizações de bancos públicos e a abertura do setor ao capital estrangeiro. Essas modificações no ambiente concorrencial não dependeram apenas de ações governamentais, pois as próprias firmas bancárias passaram por movimentos de liberalização e de desregulamentação. Este ambiente propiciou a busca de escala e de poder de mercado, com impactos diretos sobre o nível de concentração.

Em Nota do Banco Central (2001), Fernando Alberto Sampaio ROCHA mensura a evolução da concentração no setor bancário brasileiro no período de 1994-2000. Na Nota são destacados os principais fatores macro e microeconômicos que impulsionaram o atual movimento de concentração. Dentre os fatores macroeconômicos são mencionados: a estabilização inflacionária, obtida a partir do Plano Real, impactando severamente o setor bancário; os problemas bancários sistêmicos de 1995-1996; o ingresso dos bancos estrangeiros; e as privatizações.

Os efeitos da estabilização inflacionária sobre a concentração podem ser explicados, segundo ROCHA, pelo fato de que a estabilização dos preços eliminou as receitas inflacionárias, redirecionando o setor bancário para os ganhos com as operações de crédito, o que resultou em um aumento da inadimplência. Esse aumento da inadimplência, provocado também pela falta de critérios e aos deficientes controles de risco para empréstimos, juntamente com a crise do México em 1995, elevou as taxas de juros em 20 pontos percentuais, para 65%a.a., segundo o autor, provocando contração no setor. Este novo ambiente não era mais condizente com a dimensão do setor, cujo número de instituições tinha crescido significativamente após a criação dos bancos múltiplos de 1988, passando de 107 para 248, entre 1988 e o primeiro semestre de 1994, segundo ROCHA (2001).

O governo tomou medidas macroeconômicas restritivas sobre juros e crédito. O Banco Central interveio no Banco Econômico e depois no Nacional. Essas medidas criaram insegurança no público quanto a solidez do setor bancário, e, no mercado interbancário, provocando aumento da aversão ao risco, causando “empocamento da liquidez”, segundo ROCHA (2001), com bancos deficitários encontrando dificuldades para obter financiamentos. Para impedir a eclosão de crise bancária sistêmica, o governo adotou, um conjunto de medidas preventivas, como o PROER e o incentivo a F&As, gerando, segundo ROCHA (2001), concentração bancária. O quadro a seguir mostra algumas aquisições de instituições bancárias feitas com recursos do PROER.

QUADRO 1 – FUSÕES E AQUISIÇÕES COM INCENTIVOS DO PROER

INSTITUIÇÃO	COMPRADOR	PUBLICAÇÃO NO D.O.U
Banco Nacional	Unibanco	18.11.1995
Banco Econômico	Banco Excel	30.04.1996
Banco Mercantil	Banco Rural	31.05.1996
Banco Banorte	Banco Bandeirantes	17.06.1996
Banco Martinelli	Banco Pontual	23.06.1996
Banco United	Banco Antonio Queiroz	30.08.1996
Banco Bamerindus do Brasil	HSBC	02.04.1997

FONTE: BCB, publicado no Diário Oficial da União (1999: quadro 27 e anexo III)

Para ROCHA (2001), o conjunto de medidas preventivas foi bem sucedido em evitar o contágio de instituições saudáveis e impedir a deflagração de crise sistêmica, permitindo que a reestruturação ocorresse de forma praticamente indolor para os depositantes e com custo fiscal reduzido para o governo.

O ingresso de bancos estrangeiros também aumentou a concentração bancária na medida em que alguns bancos estrangeiros vieram a absorver mais de uma instituição bancária nacional, como são exemplos o Banco Santander que adquiriu os bancos Noroeste, Geral do Comércio, o grupo Meridional e o Banespa, e o ABN Amro que adquiriu o Banco Real e o Bandepe (ROCHA, 2001).

Com a abertura à entrada dos bancos estrangeiros no setor bancário nacional, ROCHA destaca que houve a ampliação do mercado anteriormente fechado e com concorrentes definidos, e colocou-se para os grandes bancos privados nacionais a necessidade da defesa de suas lideranças e de seu poder de mercado. Essa reação defensiva buscava evitar que a instituição fosse adquirida pelos bancos estrangeiros e se deu através das privatizações, com compra também pelos bancos nacionais.

As privatizações, no setor bancário nacional ocorreram principalmente no âmbito do PROES e sempre resultaram, segundo ROCHA (2001), em aquisição por parte de bancos já atuantes no país, o seja, sua consequência foi a elevação da concentração medida pelos grupos bancários.

QUARO 2 – PRIVATIZAÇÕES DE BANCOS PÚBLICOS

DATA	INSTITUIÇÃO	COMPRADOR	VALOR (R\$MILHÕES)
26.06.1997	Banerj	Itaú	311
07.08.1997	Credireal	BCN	121
04.12.1997	Meridional	Bonzano, Simonsen	266
14.09.1998	Bempe	Itaú	583
17.11.1998	Bandepe	ABN Amro	183
22.06.1999	Baneb	Bradesco	260
17.10.2000	Banestado	Itaú	1625
20.11.2000	Banespa	Santander	7050

FONTE: BCB/Depep/GCI

A regulamentação prudencial, como destaca ROCHA (2001), e a exigência de capital mínimo, ponderado pelo risco ou o aumento de capital inicial para a autorização

do funcionamento dos bancos, exigem muito mais dos bancos, fazendo com que o sistema tenda a apresentar maior nível de concentração. Os bancos que não estejam preparados ou dispostos a apresentar garantias para operar no novo sistema podem optar por retirar-se do mercado ou abandonar sua condição de banco e transformar-se em outro tipo de instituição financeira.

O surgimento de novos produtos e tecnologias, como a tecnologia de informações e das telecomunicações, requerem pesados investimentos, o que também tende a reduzir o número de participantes no mercado bancário, além de que esses investimentos atuam como barreiras à entrada de novos concorrentes e como estímulo à saída das firmas marginais, de acordo com o que destaca ROCHA (2001).

2.6.1 O número de Instituições Financeiras

Ao final de 1998, segundo PUGA (1999) havia 2.053 instituições financeiras sob supervisão do Banco Central. A tabela 6, segundo o autor mostra os efeitos da estabilização da economia, da abertura aos bancos estrangeiros ao setor bancário nacional e dos programas de reestruturação sobre o número de instituições financeiras no Brasil.

TABELA 1 – NÚMERO DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS

NÚMERO DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS – 1988 – 1998

TIPOS DE INSTITUIÇÕES	DEZ/88	JUN/94	DEZ/98
Bancos Públicos Federais	6	6	6
Múltiplos	0	2	2
Comerciais	4	2	2
De Desenvolvimento	1	1	1
Caixa Econômica Federal	1	1	1
Bancos Públicos Estaduais	37	34	24
Múltiplos	0	24	16
Comerciais	23	2	2
De Desenvolvimento	10	7	6
Caixa Econômica Estadual	4	1	0
Bancos Privados Nacionais	44	147	106
Múltiplos	3	138	101
Comerciais	41	9	5
Filiais de Bancos Estrangeiros (Comerciais)	18	19	16
Bancos Com Controle Estrangeiro	7	19	36
Múltiplos	0	19	34
Comerciais	7	0	2
Bancos com Participação Estrangeira	5	31	23
Múltiplos	1	29	21
Comerciais	4	2	2
Bancos de Investimento	49	17	22
Total do Sistema Bancário Nacional	166	273	233
Sociedade de Crédito, Financiamento e Invest.	102	42	46
Sociedade de Arrendamento Mercantil	54	72	83
Corretoras de Câmbio e Valores Mobiliários	259	288	233
Distribuidoras de Câmbio e Valores Mobiliários	419	376	212
Soc. Crédito Imobiliário e Assoc. de Poup. E Emp.	55	24	20
Cooperativas de Crédito	598	912	1222
Companhias Hipotecárias	0	0	4
Total do Sistema Financeiro Nacional	1653	1987	2053

FONTE: Banco Central do Brasil, apud PUGA (1999)

O que se observa é que houve uma redução do número de instituições bancárias de 1994 à 1998, com uma redução significativa do número de bancos estaduais de 34 para 24 instituições, resultado das privatizações do período. O mesmo se observa com os bancos privados nacionais, que se reduziram de 147 instituições para 106, provável

resultado de F&As, já que o número de instituições sob o controle estrangeiro passou de 19 para 36 no período.

Este capítulo mostra que no período pós-Plano Real houve uma grande mudança estrutural no sistema bancário nacional. Esta mudança se deu através de uma grande reestruturação bancária, que incluiu a adesão do país ao Acordo de Basileia, a abertura para os bancos estrangeiros e os programas de reestruturação bancária. A adesão do país teve como ponto principal uma nova proporção de capital que os bancos precisariam ter para poder efetuar as operações de empréstimos bancário. Os programas de reestruturação, a entrada dos bancos estrangeiros e as privatizações tiveram como principal resultado a redução do número de instituições bancárias nas últimas décadas e uma conseqüente concentração no setor. Essas questões influenciaram e ainda influenciam o sistema financeiro bancário brasileiro e conseqüentemente a disponibilidade de financiamento às empresas. A próxima seção discutirá algumas questões e características do financiamento no Brasil.

3 A QUESTÃO DO FINANCIAMENTO NO BRASIL

O objetivo deste capítulo é apresentar algumas discussões sobre a questão do financiamento da indústria brasileira, apontando algumas comparações com outros países do nível de empréstimos e também algumas fontes de financiamentos utilizados pelas empresas nacionais.

Um estudo realizado pela CNI (Confederação Nacional da Indústria) intitulado “*Financiamento no Brasil Desafio ao Crescimento*” de 2003 destaca a questão do financiamento no país, e a identifica como um dos principais obstáculos ao desenvolvimento das empresas industriais no Brasil. O objetivo do estudo é apresentar os principais problemas com que se defronta o setor produtivo na busca por financiamento.

O mesmo destaca que o ritmo de crescimento e de desenvolvimento de uma economia depende de disponibilidades de recursos para investimento e do custo destes recursos, pois sendo estes recursos insuficientes ou elevados, são frustrados os projetos de investimento que poderiam gerar produto, renda e emprego. Segundo CNI (2003) as empresas brasileiras enfrentam grandes dificuldades para a obtenção de recursos para o financiamento de suas atividades, limitando a taxa de crescimento da economia brasileira e colocando em foco a importância do financiamento.

O financiamento no Brasil, segundo o Estudo da CNI, apresenta algumas características indesejáveis, como: custo elevado; os financiamentos são geralmente de curto prazo; são considerados insuficientes para o total demandado pelas indústrias; e, temos um mercado de capitais pouco desenvolvido, restringindo a possibilidade de vendas de ações e outros títulos diretamente ao investidor. Destacam-se ainda os financiamentos externos, que nos últimos anos, tem apresentado oscilações de prazo e custo, não constituindo uma fonte estável de recursos. CNI (2003) argumenta que resultado disso é que, o crescimento das empresas brasileiras fica restringido pela sua capacidade de autofinanciamento, ou seja, pelos lucros gerados pelas próprias empresas ao longo de seus ciclos produtivos.

Uma das principais características do financiamento bancário no país, apresentado no estudo da CNI (2003) é o custo elevado das operações de crédito, como pode se verificar na Tabela 2 a seguir:

TABELA 2 – EMPRÉSTIMOS BANCÁRIOS AO SETOR PRIVADO

EMPRÉSTIMOS BANCÁRIOS AO SETOR PRIVADO (MÉDIA 1998-2001)		
	Taxa de Juros Real % a.a.	Volume % do PIB
Brasil	60,96	35,23
Argentina	15,57	23,44
Chile	9,31	62,73
México	8,49	15,02
Tailândia	6,54	123,54
Coréia do Sul	6,35	86,2
Cingapura	5,57	109,97
Estados Unidos	5,48	72,91
Área do Euro	4,62	105,73
Reino Unido	3,39	131,28
Japão	2,39	110,17
Indonésia	1,92	28,97

Deflator: Índices de preços ao consumidor.

FONTE: International Financial Statistics, fevereiro./2003 FMI.

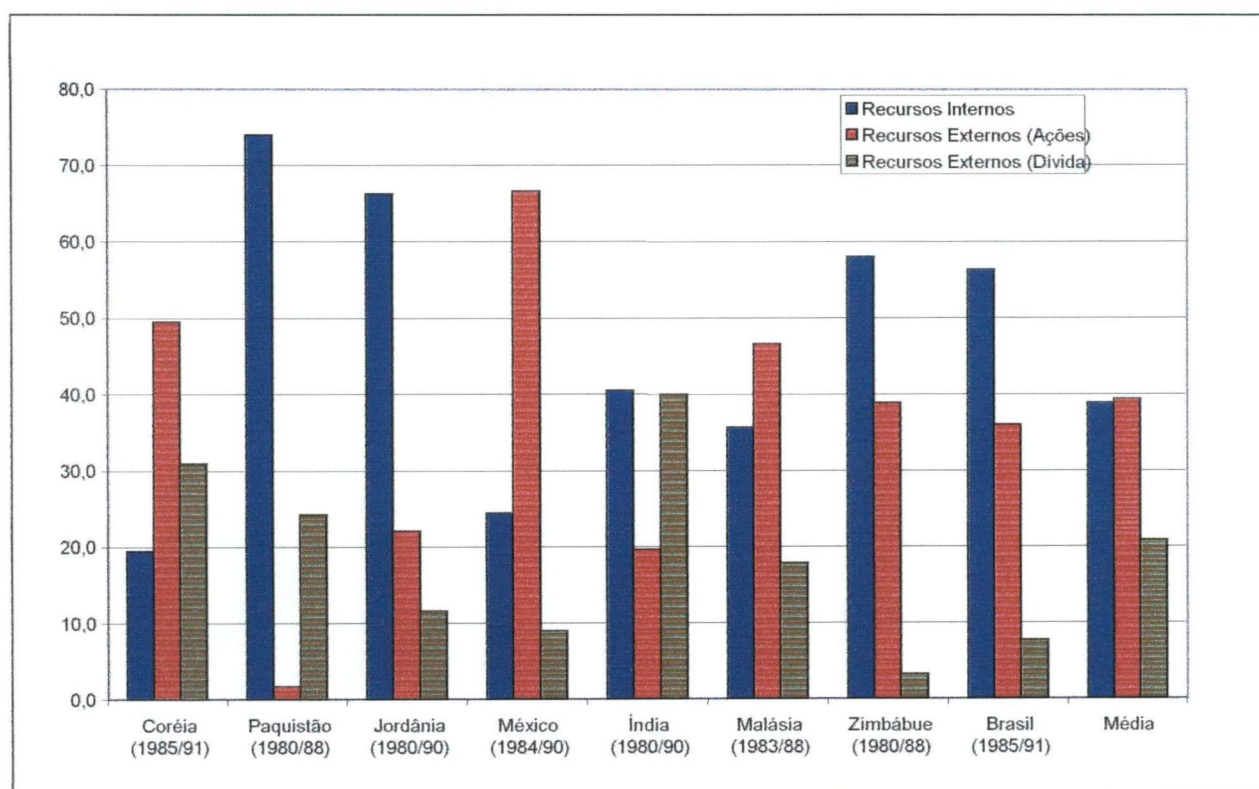
A Tabela 2 mostra que a taxa de juros real média para empréstimos bancários ao setor privado no Brasil, entre os anos de 1998 à 2001, foi uma taxa considerada elevada para os padrões internacionais. A mesma Tabela mostra o percentual do PIB que é destinado aos empréstimos bancários ao setor privado em vários países, evidenciando que o Brasil destina em média 35% do seu PIB aos empréstimos ao setor privado da economia. Este percentual também é considerado baixo se comparado com alguns países. A Argentina, por exemplo, também possui um percentual do PIB baixo, no entanto, sua taxa de juros média cobrada nos empréstimos ao setor privado foi proporcional a um quarto da taxa brasileira.

Para PUGA e MOREIRA (2000), as evidências sugerem que as diferenças entre os países são relevantes e dão margem até para agrupar os países de acordo com características comuns à estrutura de capital de suas firmas. “As experiências de vários

países na questão do financiamento das firmas apontam para diferenças importantes em termos estruturais de financiamento das firmas, que aparecem normalmente associadas a desempenhos macroeconômicos igualmente divergentes entre os países”. (PUGA e MOREIRA, 2000, p. 5).

No estudo de PUGA e MOREIRA (2000), os autores apontam que as empresas brasileiras dependem fortemente da geração de recursos internos para financiar seu crescimento, em um nível acima da média de alguns países em desenvolvimento, como pode ser observado no gráfico a seguir:

GRÁFICO 1 – FONTES DE FINANCIAMENTO DE EMPRESAS INDUSTRIAIS EM PAÍSES EM DESENVOLVIMENTO SELECIONADOS (EM %)



FONTE: Classens, Djankov e Lang (1995)

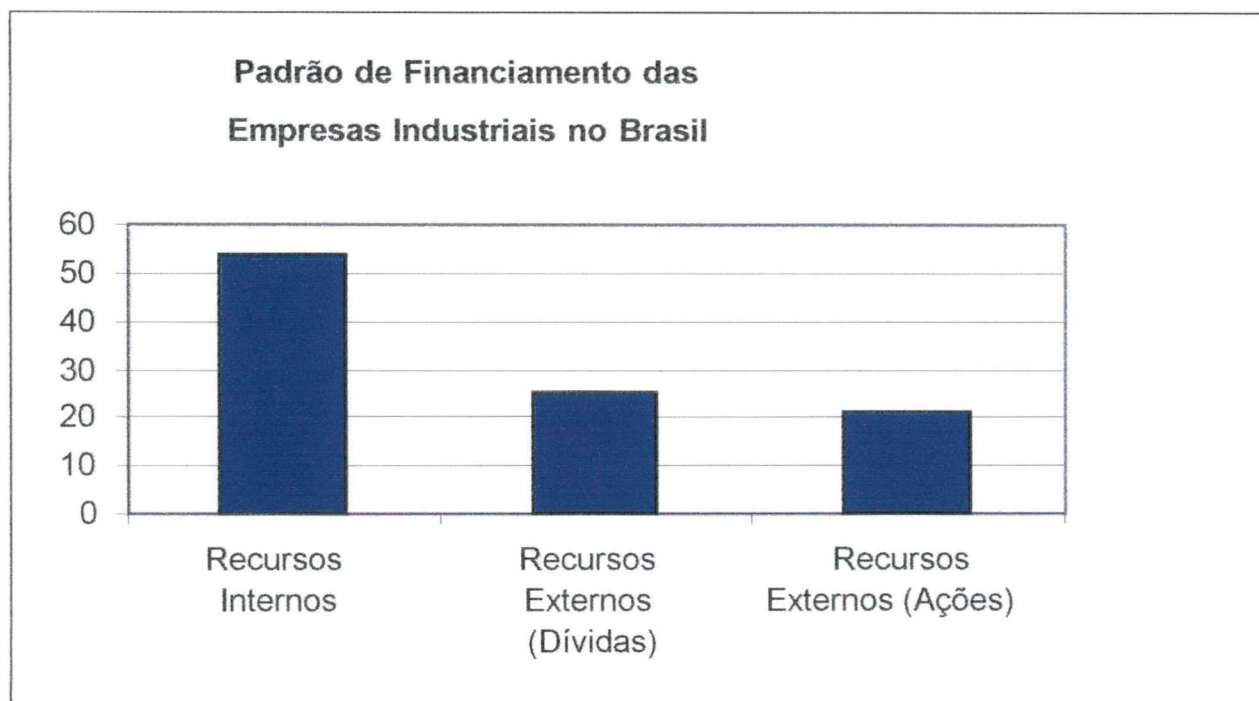
O gráfico acima revela a elevada participação dos recursos internos no financiamento das empresas brasileiras, através principalmente dos lucros reinvestidos. PUGA e MOREIRA (2000) realizaram um estudo sobre o financiamento da indústria

após o Plano Real, utilizando dados de balanços do Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) lucro real², para os anos-base de 1995, 1996 e 1997. Os autores destacam que essa fonte de dados tem aspectos positivos e negativos: os negativos, se referem a natureza fiscal das informações, o que dá margem a distorções associadas à prática de planejamento tributário e, também pelo reduzido número de anos disponíveis; os aspectos positivos decorrem da possibilidade de trabalhar com um banco de dados anual que cobre 4.312 firmas industriais, de capitais abertos e fechados, que são responsáveis por 53% do produto industrial (PUGA e MOREIRA, 2000).

No caso do Brasil, a principal fonte de financiamento seria a de recursos internos, seguida pelo endividamento e, por último, pela emissão de ações, como pode ser observado no Gráfico 2, obtido de PUGA e MOREIRA 2000. As participações no padrão de financiamento das empresas industriais no Brasil seriam de 54%, 25% e 21% para, respectivamente, recursos internos, dívida e ações.

² Segundo PUGA e MOREIRA (2000 p. 6) o IRPJ lucro real tem uma base de dados de cerca de 200 mil empresas. Qualquer empresa pode declarar o IRPJ com base no lucro real, sendo obrigadas aquelas que se enquadrem em pelo menos uma das seguintes situações: 1) faturamento anual superior a 12 mil Ufir (aproximadamente R\$ 12 milhões); 2) capital aberto; 3) ter sócio ou acionista residente no exterior. Informações obtidas de PUGA e MOREIRA (2000).

GRÁFICO 2 – PADRÃO DE FINANCIAMENTO DAS EMPRESAS INDUSTRIAIS NO BRASIL (EM %)



FONTE: Puga (2000, p. 17)

Pesquisa da CNI (2003), também discute os investimentos na indústria brasileira após o Plano Real, como se pode verificar no quadro a seguir que mostra a fonte de financiamento das indústrias nacionais nos biênios de 1998-1999 e 2000-2002, mostrando a participação média percentual entre os recursos próprios e de terceiros utilizados pelas empresas nestes períodos.

TABELA 3 – FONTES DE FINANCIAMENTOS DOS INVESTIMENTOS INDUSTRIAIS

FONTES DE FINANCIAMENTO DOS INVESTIMENTOS INDUSTRIAIS		
	Participação % Média	
	1998-1999*	2000-2002**
Recursos Próprios	70,7	59,5
Novos Sócios:	1,2	1,1
bolsa	0	0,2
fundos de pensão	0	0,2
outros	1,2	0,7
Recursos de Terceiros	28,1	39,4
bancos oficiais	14,4	22,5
bancos privados	6,8	6,8
externo	4,3	6,2
debêntures	0,6	0,6
outros	2	3,4

* Efetivo

** Esperado/Planejado

FONTE: CNI e CEPAL (2001), apud CNI de 2003

A tabela 3, obtida do estudo da CNI (2003) mostra que no biênio 1998-1999, os recursos próprios responderam por 71% dos recursos necessários e obtidos para projetos de investimentos das empresas. Os recursos de terceiros responderam por 28% do total e foram obtidos principalmente com os bancos, segundo o estudo da CNI (2003). O financiamento mediante a incorporação de novos sócios respondeu por apenas 1% do total e a emissão de ações, em particular, teve participação nula como fonte de financiamento dos investimentos, porém no estudo é destacado que é preciso levar em conta que o mercado acionário no Brasil, assim como na maioria dos países em desenvolvimento ainda é pouco desenvolvido.

PUGA e MOREIRA (2000), tratam não somente das firmas brasileiras como um agregado, eles têm como objetivo avaliar os resultados encontrados pela origem e tamanho das firmas. Para isso, utilizam a seguinte tabela de características das empresas brasileiras no período de 1995-1997:

TABELA 4 – CARACTERÍSTICAS DAS EMPRESAS BRASILEIRAS – 1995/97

Empresas	Número de Empresas	Intensidade de Capital (Ativo / Receita Líquida)	Indicadores de Endividamento			Padrão de Financiamento (%)		
			Dívida/Patrimônio Líquido	Dívida de Longo Prazo/Patrimônio Líquido	Dívida de Longo Prazo/Dívida	Interno	Dívida	Ações
Nacionais								
Micro e Peq.	1888	0,75	1,38	0,29	0,16	63	20	17
Médias	1376	0,85	1,38	0,39	0,23	48	29	23
Grandes	671	1,17	1,16	0,38	0,28	44	30	26
Total	3935	0,85	1,35	0,34	0,21	54	25	21
Estrangeiras								
Micro e Peq.	54	0,85	1,15	0,41	0,2	75	20	5
Médias	124	1,01	1,17	0,32	0,2	63	20	17
Grandes	199	1,02	1	0,3	0,25	60	23	17
Total	377	0,99	1,08	0,32	0,23	63	21	15
Todas								
Micro e Peq.	1942	0,75	1,38	0,29	0,16	63	20	17
Médias	1500	0,86	1,37	0,28	0,23	50	28	23
Grandes	870	1,13	1,13	0,36	0,28	48	29	24
Total	4312	0,87	1,32	0,34	0,21	55	25	20

FONTE: Receita Federal

A Tabela 4 acima apresenta os resultados da decomposição do padrão de financiamento das empresas, assim como indicadores de intensidade de capital, performance e endividamento, agrupados pelo porte das firmas (entre pequenas médias e grandes) e pela propriedade do capital das mesmas (estrangeiras e nacionais). A parte da Tabela que interessa ao presente trabalho diz respeito ao padrão de financiamento das empresas. Os dados mostram que tanto as empresas brasileiras como as estrangeiras têm como padrão principal de financiamento o capital interno, equivalente a mais da metade do capital usado em financiamento para as empresas estrangeiras e a 60% dos financiamentos para as pequenas empresas, 48% para as médias, e 44% para as grandes. O restante dos financiamentos advém de ações, com um total médio de 20% dos financiamentos para todos os tipos de empresas. Os

financiamentos adquiridos externamente, pelas dívidas correspondem a 25% do total entre as empresas nacionais e a 21% do total para as empresas estrangeiras.

'Quanto às estruturas de financiamento, o que se percebe é que tanto as empresas nacionais quanto as estrangeiras, assim como as micro e pequenas empresas, médias e grandes não diferem substancialmente entre as diversas categorias de firmas confirmando um peculiar padrão *market based*. Os recursos internos aparecem invariavelmente como a principal fonte de financiamento, seguidos pela emissão de dívida e pelo lançamento de ações' (PUGA; MOREIRA, 2000, p. 21)

PUGA e MOREIRA (2000) evidenciam um quadro de constrangimento financeiro ao crescimento no país, "... onde os limitados recursos internos das firmas dificultam investimentos mais ambiciosos em expansão de capacidade ou de desenvolvimento tecnológico" (PUGA; MOREIRA 2000). Mostraram também no mesmo trabalho que fatores como tamanho, origem da propriedade, intensidade do capital não produzem grandes variações no padrão de financiamento.

Os problemas de financiamento para o setor produtivo no Brasil têm várias raízes. No âmbito dos financiamentos bancários os custos elevados e os reduzidos volumes devem-se a questões conjunturais e estruturais, como destacam PUGA e MOREIRA (2000). O financiamento via mercado de capitais, enfrenta alguns obstáculos que para os autores incluem o custo para as empresas de gerar e disponibilizar as informações necessárias, o elevado risco de aplicar no mercado de ações, e a própria falta de cultura de atuação no mercado. "O que temos por certo, como bem lembram BECK e LEVINE (2000), é que firmas, indústrias e países tendem a crescer mais rápido em um contexto de maior grau de desenvolvimento financeiro, seja ele pró-mercado acionário ou pró-mercado bancário. Em qualquer uma dessas direções, o Brasil tem ainda um longo caminho pela frente". (PUGA; MOREIRA, 2000 p.27).

CARVALHO (2001) destaca que houve recentemente o surgimento de "... volume considerável de teorias e evidências que tem fortalecido a crença de que existe uma relação entre os desenvolvimentos financeiro e econômico..." (CARVALHO 2001, p.3). Em seu artigo "Desenvolvimento Financeiro e Crescimento Econômico" ele alega que existe forte evidência de que há uma relação entre o desenvolvimento financeiro e crescimento econômico. Porém, o autor destaca que deve-se ter cautela quanto a

conclusões de causalidade entre o desenvolvimento financeiro e desenvolvimento econômico. Mas, argumenta que o desenvolvimento financeiro pode anteceder crescimento econômico por dois motivos:

1. O sistema financeiro se desenvolve em resposta a pré-condições e estímulos provenientes do setor real da economia, de acordo com a premissa de que o setor financeiro segue passivamente os caminhos indicados pelo setor real;
2. Fatores institucionais, legais e políticos podem determinar simultaneamente o desenvolvimento financeiro e o crescimento econômico, pois se assume que o setor financeiro responde mais rápido que o setor real.

CARVALHO (2001) aponta que apesar de não haver consenso quanto à causalidade, o crescente volume de evidências tem fortalecido a crença de que o desenvolvimento financeiro causa crescimento econômico, pois o desenvolvimento financeiro é parte inseparável do processo de crescimento econômico, ou vice-versa. O autor destaca algumas razões teóricas para a existência dessa relação, baseado em um sistema de economia ideal onde todos os recursos são utilizados de forma eficiente, apesar de deixar claro que não é possível estabelecer uma relação teórica entre desenvolvimento financeiro e crescimento econômico.

'Se os recursos são utilizados da melhor maneira, toda a poupança financeira líquida é usada para financiar investimentos produtivos. O papel primordial do sistema financeiro dentro do sistema econômico é facilitar a alocação de recursos. Isto equivale a 1) facilitar a troca de bens e serviços e 2) facilitar a transferência de poupança entre supridores e tomadores finais' (CARVALHO, 2001, p. 15).

Dentre as funções básicas desempenhadas pelo sistema financeiro, e que servem como estímulo ao processo produtivo são destacadas por CARVALHO (2001) as seguintes:

- Mobilização de recursos: refere-se a agregação das poupanças de vários agentes individuais, tornando possível o crédito aos agentes deficitários;
- Alocação de recursos no espaço e no tempo: com o sistema financeiro intermediando as transações entre os depósitos dos poupadores, garantido-lhes a liquidez, e emprestando ao investidor por um prazo elástico possibilitando o

fornecimento de recursos aos projetos de longa duração. Este sistema torna-se mais eficiente quanto maior o número de transações realizadas no intermediário financeiro;

- Administração de risco: ocorre devido a diversificação da carteira de concessão de crédito aos diferentes tipos de riscos. A diversidade de arranjos financeiros é fundamental para permitir que bons projetos se diferenciem e deste modo garantam financiamento;
- Seleção e monitoramento de empresas: para assegurar que os recursos sejam usados de maneira adequada, para que seu capital receba a remuneração prometida;
- Simplificação das transações envolvendo bens, serviços e ativos diversos: facilitando as transações entre os diferentes agentes, e reduzindo os custos associados, o sistema financeiro pode promover maior especialização dos processos produtivos, aumentando a produtividade do sistema;
- Geração e divulgação de informação útil a diversos setores da economia: as informações que são geradas pelos mercados financeiros, tais como taxa de juros, câmbio e preços de ativos são elementos fundamentais para as decisões de investimento. Assim, as informações dos mercados financeiros geram benefícios no controle de riscos e permitem decisões de investimento mais eficientes. Além do mais, permitem às autoridades uma condução mais eficiente da política econômica.

Este capítulo mostrou que no Brasil a maioria das empresas industriais tem como fonte principal de financiamento para seus projetos os recursos internos, ou seja, depende de seus lucros para reinvesti-los em seus projetos; que os custos dos empréstimos através de dívida são considerados de padrão elevado, se comparado com outros países; e que o percentual do PIB destinado a empréstimos do setor bancário ao setor privado são baixos se pegarmos como parâmetro o padrão internacional de outras nações. A próxima seção tratará especificamente do que foi emprestado às indústrias nacionais no período pós-Plano Real, para que se possa discutir as influências dos pontos destacados até aqui sobre o crédito industrial.

4 EVOLUÇÃO DA OFERTA DE CRÉDITO

Este capítulo tem por objetivo mostrar como se deu a oferta de crédito às indústrias nacionais após o início da estabilização de preços propiciada pelo Plano Real de 1994.

4.1 A EVOLUÇÃO DA OFERTA DE CRÉDITO PELOS BANCOS COMERCIAIS PARA A INDÚSTRIA NACIONAL

A partir de julho de 1994, com o Plano Real e a respectiva redução da inflação, a economia brasileira passou por uma mudança significativa que impactou severamente o setor bancário nacional. A estabilização, segundo ROCHA (2001 p. 11), ao estimular a remonetização, elevar os rendimentos reais e a demanda por crédito, tendeu a ampliar o mercado de intermediação financeira. “No Brasil, a estabilização criou condições favoráveis à expansão do crédito bancário...” (ROCHA, 2001 p.25).

SOARES (2001p.8) destaca que a partir do Plano Real o governo acreditava que poderia ocorrer um expressivo aumento das operações de crédito, trazendo problemas para os bancos dado que estes não estavam preparados pra ampliarem o volume dessas operações. Portanto, segundo o autor o Banco Central antecipando-se ao possível crescimento das operações de crédito elevou no início do Plano Real, as alíquotas de recolhimento compulsório dos depósitos bancários. “O recolhimento compulsório dos depósitos à vista passou de 48% para 100%, os depósitos de poupança passaram de 10% para 30% e foi instituído um recolhimento de 30% sobre o saldo dos depósitos a prazo” (SOARES, 2001 p. 8). Mesmo assim, segundo SOARES (2001) houve um crescimento de 58,7% dos empréstimos totais do sistema ao setor privado durante o primeiro ano de vigência do Plano. O autor argumenta que esse crescimento foi responsável pela forte inadimplência ocorrida, pois os créditos em atraso e em liquidação cresceram substancialmente.

‘O fim da inflação acabou por forçar um profundo ajuste nos bancos brasileiros. Neste ajuste podemos definir três fases bem nítidas. Em um primeiro momento verificou-se uma forte elevação

nas operações de crédito. Os motivos foram: *i)* a busca, pelos bancos, de um modo de compensar a perda com o fim da inflação; *ii)* a instalação de um quadro de otimismo que, junto com a melhor previsibilidade acerca do comportamento dos preços relativos na economia elevou a demanda por empréstimos. No segundo momento, verificou-se junto com a forte elevação dos índices de inadimplência, talvez em decorrência do otimismo exagerado, tanto dos bancos quanto dos tomadores acerca do desempenho da economia, graves dificuldades no sistema bancário, o que levou o governo a adotar várias medidas, das quais a mais popular foi o PROER. Enfim, a terceira fase pode ser caracterizada pelo processo, ainda em curso, de fusões, aquisições, e principalmente pela entrada de algumas instituições estrangeiras' (BRAGA³, 1998 citado por SOARES, 2001, p. 9)

Outro autor citado por SOARES (2001) é Daniel Cerqueira⁴ que destaca que o crescimento das operações de crédito deu-se sobre uma base de informações precária, e que a falta de experiência na concessão do crédito acabou produzindo uma situação em que a qualidade dos créditos não acompanhou a sua expansão. Para SOARES (2001) a principal preocupação do governo era de evitar a explosão do crédito, pois essa explosão poderia fragilizar os bancos e criar uma “bolha de consumo” ameaçando a estabilização de preços. Portanto, o Banco Central estabeleceu uma política mais rigorosa de depósitos compulsórios sobre os depósitos à vista, a prazo e sobre outras operações, e ainda adotou normas mais restritivas para a concessão de crédito.

A fonte de dados do trabalho de SOARES (2001) foi extraída de Suplemento Estatístico do Banco Central, no período de 1989 a 1999, e mesmo não sendo o período que se busca analisar no presente trabalho, já mostra os primeiros cinco anos pós-Plano Real. A análise do crédito total no estudo de SOARES (2001) é feita por duas informações: parte pelo crédito normal⁵ e parte pelo crédito efetivo⁶. A análise do crédito setorial, e que interessa ao presente trabalho foi realizada por meio do crédito classificado como normal, como destaca o autor, em virtude de que o Banco Central não dispõe de dados de crédito efetivo por setores.

SOARES (2001) destaca que, de acordo com dados do Sisbacen, o comportamento do crédito total no período de 1989 a 1999 apresentou tendência à

³ Em “Os bancos Brasileiros e a Crise Mundial”. Informações FIPE, nº 216, setembro de 1998.

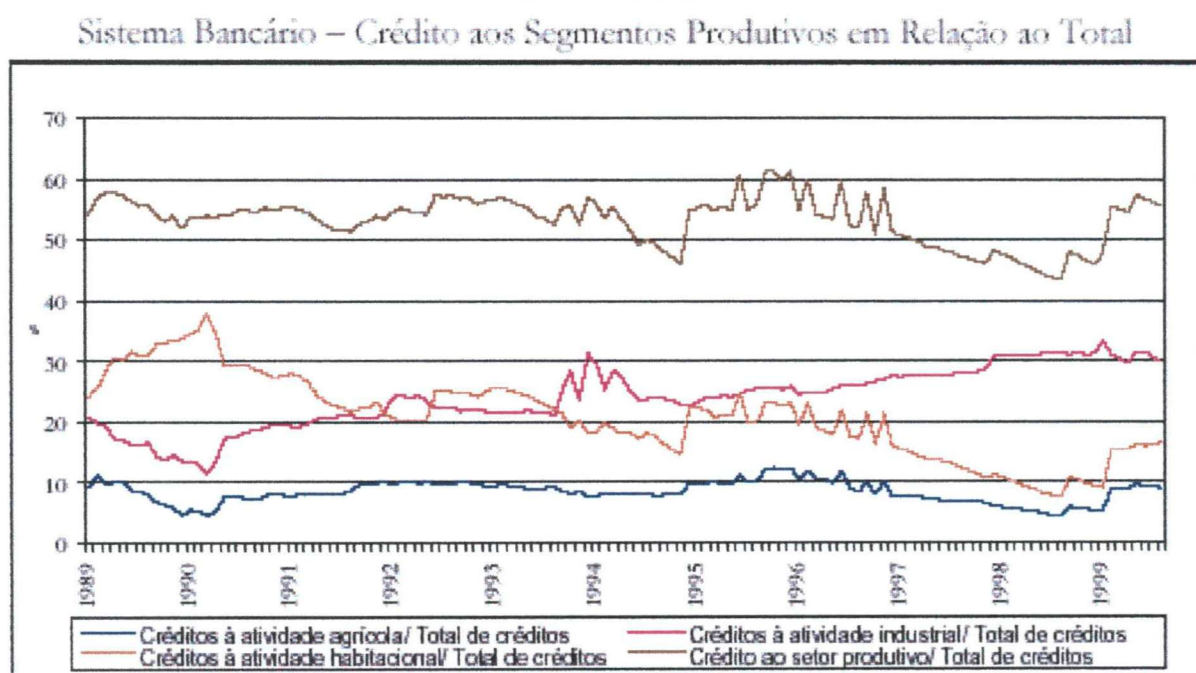
⁴ Daniel R. de C. Cerqueira, em “Créditos e Inadimplência no Sistema Financeiro Nacional: Evolução Recente”. Boletim Conjuntural do IPEA, nº 42 de julho de 1998.

⁵ “O crédito normal é aquele em que o mutuário está com os pagamentos em dia” (SOARES, 2001 p. 12).

⁶ “O crédito efetivo corresponde ao saldo de crédito normal mais uma parcela dos créditos classificados como em atraso e liquidação. Essa parcela é nominada como rendas a apropriar, e corresponde ao montante que os bancos acreditam que irão receber” (SOARES, 2001 p 12).

estabilidade, e o autor ainda comparou a proporção da concessão do crédito total entre os bancos públicos e privados. No caso dos bancos privados após o Plano Real, os créditos concedidos oscilaram em torno da média, ficando relativamente constante, sendo que no período anterior ao Real estes apresentavam crescimento. O autor observou que o Plano Real não interferiu nos créditos concedidos pelos bancos públicos. O próximo gráfico apresenta o crédito percentual do sistema bancário destinado aos segmentos produtivos em relação ao total de créditos.

GRÁFICO 3 – SISTEMA BANCÁRIO – CRÉDITO AOS SEGMENTOS PRODUTIVOS EM RELAÇÃO AO TOTAL



Fonte: Sisbacen.

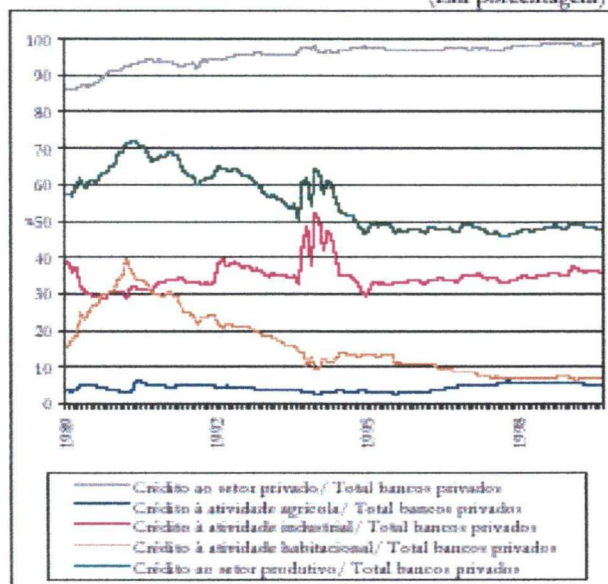
FONTE: Sisbacen

O gráfico acima mostra que o crédito concedido à atividade industrial, em relação ao total dos créditos do sistema bancário, se mostrou crescente no período de 1989 a 1999. Em comparação com os outros setores, a concessão de crédito à atividade industrial foi a única atividade que apresentou um crescimento mais contínuo.

Os próximos gráficos, também obtidos de SOARES (2001), expõem a concessão de crédito aos diversos setores pelos bancos públicos e pelos bancos privados:

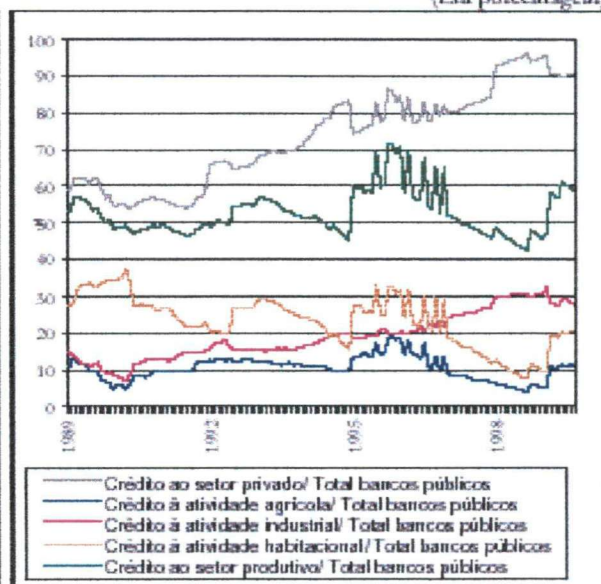
GRÁFICOS 4 E 5 – CRÉDITO AO SETOR PRODUTIVO PELOS BANCOS PÚBLICOS E PRIVADOS

Bancos Privados: Crédito ao Setor Produtivo
(Em porcentagem)



Fonte: Sisbacen.

Bancos Públicos: Crédito ao Setor Produtivo
(Em porcentagem)



Fonte: Sisbacen.

FONTE: Sisbacen

Pode-se observar que os bancos privados mantiveram constante sua participação nos créditos à atividade industrial, com uma elevação nos anos de 1994 e posterior queda em 1995. Nos bancos públicos cresceu a participação dos créditos concedidos à indústria passando, segundo SOARES (2001) de 10% em 1989 para 30% em 1999. Outra observação feita por SOARES (2001 p. 21) é a de que:

'... mesmo quando o comportamento dos bancos públicos e privados apresenta-se diferente _ como no caso do crédito ao setor industrial, que aumentou nos bancos públicos de 10% em 1989, para 30% em 1999, e manteve -se constante nos bancos privados em 37% _ os ajustamentos realizados diminuíram a diferença absoluta na distribuição do crédito. No caso, a diferença que era de 20% em 1989, caiu para 7% em 1999, ou seja, os bancos públicos e privados estariam se aproximando de um mesmo perfil de atuação' (SOARES, 2001 p. 21)

Outra Tabela a seguir obtida do estudo da CNI (2003) mostra os empréstimos do sistema financeiro em percentual por tomador.

TABELA 5 – EMPRÉSTIMOS DO SISTEMA FINANCEIRO DISTRIBUÍDO POR TOMADOR (EM %)

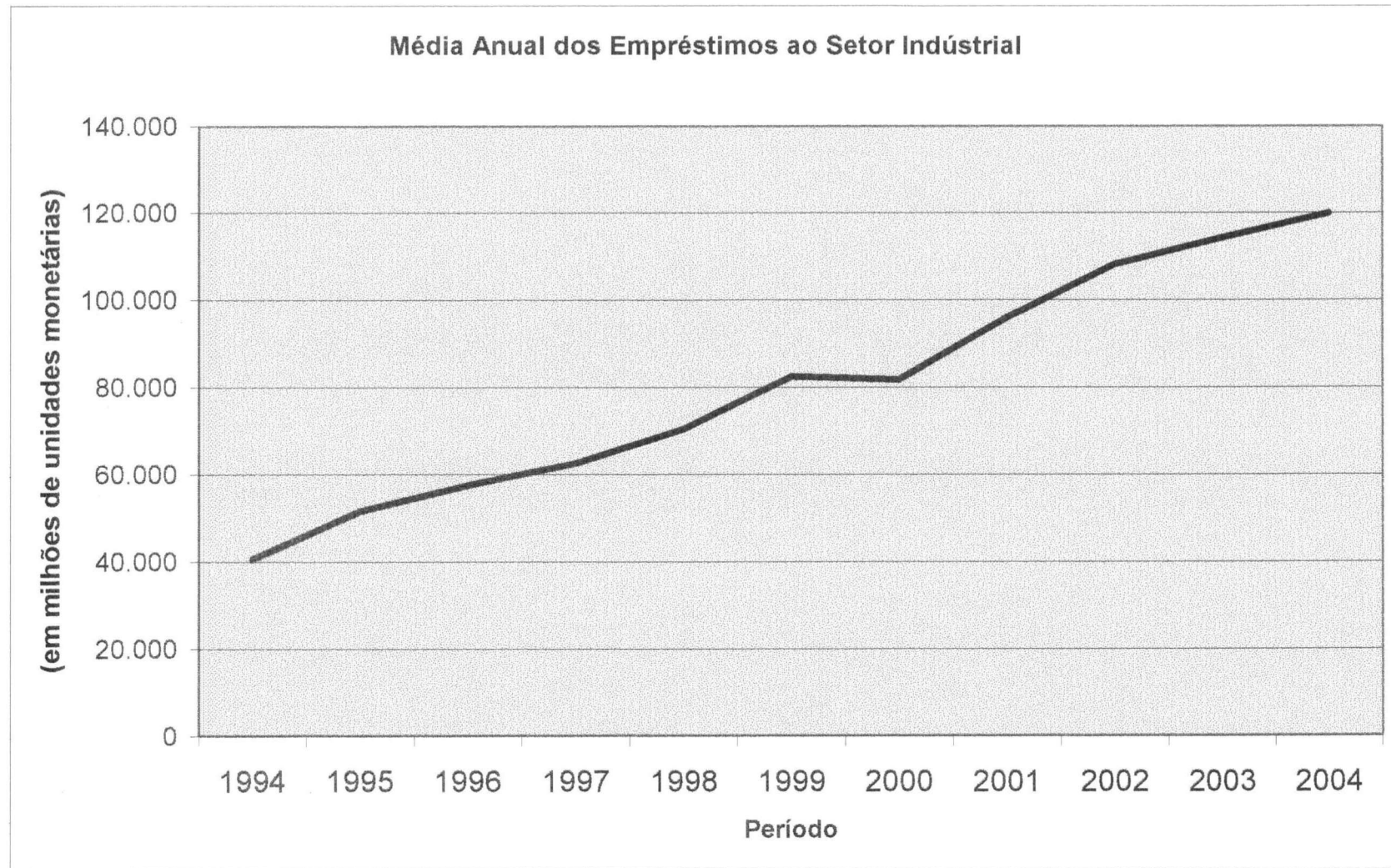
Empréstimos do Sistema Financeiro								
Distribuição % por tomador								
	Setor Público	Indústria	Habitação	Rural	Comércio	Pessoas Físicas	Outros	Em milhões
Dez. 96	25	21	21	7	9	8	9	243.734
Dez. 97	15	23	23	9	9	12	10	247.041
Dez. 98	13	23	24	8	7	12	13	254.783
Dez. 99	10	27	22	8	8	13	12	262.664
Dez. 00	4	27	18	8	10	19	14	319.018
Dez. 01	3	30	7	8	11	23	18	332.384
Dez. 02	3	31	6	9	11	22	18	377.822

FONTE: Banco Central

Do total de empréstimos, o maior percentual, entre dezembro de 1996 e dezembro de 2002 (com exceção do ano de 1996 e 1998) é o destinado ao crédito para a indústria, com uma média de 26% do total dos empréstimos do sistema financeiro no período. A mudança mais expressiva nos últimos anos foi a redução da participação do setor público, que saiu da posição de principal tomador em dezembro de 1996 para uma pequena participação de 3% em dezembro de 2002. Esta evolução resultou, segundo estudo de CNI (2003) das medidas tomadas pelo governo federal para restringir o endividamento dos governos municipais e estaduais com os bancos.

A partir de dados obtidos de série do Banco Central do Brasil no período de julho de 1994 até dezembro de 2004 (Anexo I) foi possível montar o gráfico a seguir que mostra a evolução do crédito do sistema bancário direcionado à indústria em unidades monetárias. Os valores foram obtidos do cálculo da média anual dos empréstimos destinados à indústria, sendo que para o ano de 1994 a média foi calculada pelos últimos seis meses do mesmo ano e para o ano de 2004 os seis primeiros meses. Pode-se constatar um crescimento contínuo dos empréstimos através do gráfico.

GRÁFICO 6 MÉDIA ANUAL DE EMPRÉSTIMOS AO SETOR INDUSTRIAL



FONTE: Elaboração própria, a partir de dados do Banco Central.

No entanto é preciso considerar a inflação nestes mesmos anos de análise. Para tanto, colocamos a seguir um tabela que mostra a o crescimento percentual da média dos créditos cedidos à indústria, uma série da inflação IGP –M¹ do mesmo período, e outra coluna e que consta o crescimento real do crédito para os anos analisados.

TABELA 6 – CRESCIMENTO REAL DO CRÉDITO BANCÁRIO PARA A INDÚSTRIA 1994-2005

PERÍODO	Média Anual	Crescimento Anual	Inflação IGP-M	Crescimento Real
1994	40.461	0	14,82	0
1995	51.604	27,54	14,31	13,23
1996	57.524	11,47	8,84	2,63
1997	62.490	8,63	7,49	1,14
1998	70.478	12,78	1,78	11
1999	82.440	16,97	18,52	-1,55
2000	81.772	-0,81	9,55	-10,36
2001	95.933	17,31	9,92	7,39
2002	108.055	12,63	22,92	-10,29
2003	114.275	5,75	8,42	-2,67
2004	119.876	4,9	11,77	-6,87
2005	127.440	6,3	1,74	4,56

FONTE: Elaboração própria, a partir de dados do Banco Central².

A tabela acima mostra claramente que a evolução anteriormente mencionada no gráfico 6 não ocorreu continuamente, ao contrário, a evolução se deu de maneira disforme e o crescimento real da disponibilidade de crédito somente aconteceu nos anos de 1995, 1996, 1997, 1998 e 2001. A partir do ano de 1998, com exceção de

¹ IGP-M - Índice Geral dos Preços do Mercado, calculado pela Fundação Getúlio Vargas. A coleta de preços é feita entre os dias 21 do mês anterior e 20 do mês corrente, com divulgação no dia 30. É composto por três índices: Índice de Preços no Atacado (IPA), Índice de Preços ao Consumidor (IPC) e Índice Nacional do Custo da Construção (INCC), que representam 60%, 30% e 10%, respectivamente, do IGP-M.

² Índice IGP-M obtido no endereço:
http://www.estadao.com.br/ext/economia/financas/historico/hist_aeigpm.htm.

2001, pode-se observar que não houve crescimento das operações de crédito destinados à indústria nacional, o crescimento real observado foi negativo.

Utilizando-se a mesma metodologia para a evolução do crédito destinado a pessoa física obtêm-se a seguinte tabela:

TABELA 7 – CRESCIMENTO REAL DO CRÉDITO BANCÁRIO PARA PESSOA FÍSICA 1994-2005

PERÍODO	Média Anual	Crescimento Anual	Inflação IGP-M	Crescimento Real
1994	12.660	0	14,82	0
1995	16.033	26,64	14,31	12,33
1996	17.830	11,2	8,84	2,36
1997	29.704	66,59	7,49	59,1
1998	34.884	17,43	1,78	15,65
1999	36.490	4,6	18,52	-13,92
2000	50.309	37,87	9,55	28,32
2001	73.175	45,45	9,92	35,53
2002	82.022	12,09	22,92	-10,83
2003	87.601	6,8	8,42	-1,62
2004	109.580	25,08	11,77	13,31
2005	140.067	27,82	1,74	26,08

FONTE: Elaboração própria, a partir de dados do Banco Central

Estes resultados mostram que houve um crescimento real mais contínuo dos empréstimos destinados à pessoa física, do que dos empréstimos destinados à indústria. Este resultado colabora com algumas discussões sobre o financiamento no Brasil que destacam a preferência das instituições bancárias pelas operações voltadas para empréstimos de curto prazo, que possuem maior liquidez e menor risco, já que normalmente costumam envolver valores baixos se comparados aos empréstimos empresariais e industriais.

CONCLUSÃO

A partir do presente trabalho pode-se fazer algumas considerações importantes quanto aos empréstimos bancários e o financiamento de empresas industriais. Houve grandes e significativas mudanças no sistema bancário após o Plano Real que tiveram como resultado uma diminuição do número de instituições financeiras. As empresas industriais brasileiras se mostraram substancialmente dependentes do autofinanciamento para poder realizar seus projetos, com o financiamento interno correspondendo a mais da metade dos recursos utilizados e os financiamentos externos aparecendo em segundo plano. Outra dificuldade encontrada pelas empresas brasileiras é a taxa de juros praticada no mercado bancário, que é considerada alta para padrões internacionais.

A dependência de autofinanciamento foi verificada não só no Brasil, mas também em outros países, e até mesmo em empresas estrangeiras instaladas no país. Isso ocorre tanto para empresas de pequeno, médio ou grande porte. Essa tendência mundial de dependência do autofinanciamento pode indicar que a dificuldade das empresas em conseguirem empréstimos hoje esteja ligada à regulação financeira internacional ocorrida nos últimos anos, como é exemplo o Acordo de Basileia, que impõe um percentual de capital que o banco deve dispor para poder intermediar o crédito entre os agentes deficitários e os agentes superavitários, ou seja, exercendo sua principal função.

Na questão da evolução do crédito bancário para a indústria conclui-se no presente trabalho que houve, nos últimos anos uma variação nas taxas de crescimento dos empréstimos à indústria, onde no início do período analisado se mostraram crescentes, porém nos últimos 7 anos tiveram uma queda no crescimento real. Observa-se, comparativamente com os empréstimos destinados à pessoa física, que há atualmente no mercado bancário uma preferência pelo setor bancário em direcionar seus recursos para o consumo, com financiamentos de curto prazo, pois estes apresentam riscos menores.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CARVALHO, A. G. Desenvolvimento Financeiro e Crescimento Econômico. Fortaleza: Revista Econômica do Nordeste, v.33, nº 4, p. 694-715, 2002. Obtido em: <<http://www.econ.fea.usp.br/gledson/artigo.asp>>, consultado em 18/08/2005.

CARVALHO, C. E., STUDART, R., ALVES JR., J. A. Desnacionalização do Setor Bancário e Financiamento das Empresas: A Experiência Brasileira Recente. Brasília: IPEA, maio 2002. (Texto para Discussão IPEA, n.882).

CARVALHO, F. J. C. Economia Monetária e Financeira – Teoria e Política. Rio de Janeiro, 2000. Editora: CAMPUS.

CARVALHO, F. J. C., Inovação Financeira e Regulação Prudencial da Regulação de Liquidez aos Acordos da Basileia. Em publicação no volume Regulação Financeira, organizado por Rogério Sobreira para a Editora ATLAS. Obtido no endereço: < www.ie.ufrj.br/moeda/pdfs/inovacao_financeira_e_regulacao.pdf >, consultado em 18/08/2005.

CNI, Financiamento no Brasil – Desafio ao Crescimento. 2003. Obtido no endereço: <<http://www.cni.org.br/f-ps.htm>> , consultado em 18/08/2005.

MAEDA, I. Impactos do Novo Acordo da Basileia nos Países em Desenvolvimento. Obtido no endereço: <www.perspectivaeconomica.unisinos.br/_pdfs/35.pdf>, consultado em 25/09/2005.

MAIA, G. V. S. Reestruturação Bancária no Brasil: o Caso do PROER. Brasília, junho de 2003. (Nota Técnica do Banco Central do Brasil). Obtido do endereço: <www.bcb.gov.br/pec/NotasTecnicas/Port/2003nt38ReestrutBancBrasilp.pdf>, consultado em 25/09/2005.

PAULA, L.F.R. Bancos Europeus no Brasil: razões e resultados da onda recente. Rio de Janeiro: junho de 2003. Jornal dos Economistas (CORECON RIO). Obtido no endereço:

<http://www.ie.ufrj.br/moeda/pdfs/bancos_europeus_no_brasil.pdf> consultado no dia 18/08/2005.

PAULA, L.F.R. Tamanho, Dimensão e Concentração do Sistema Bancário no Contexto de Alta e Baixa Inflação no Brasil. Rio de Janeiro: julho/dezembro de 1998, Nova Economia, v. 8, nº 1. Obtido no endereço:

<<http://www.ie.ufrj.br/moeda>> consulta efetuada em 18/08/2005.

PUGA, F. P., MOREIRA, M. M. Como a Indústria Financia o seu Crescimento: Uma Análise do Brasil Pós-Plano Real. Rio de Janeiro: BNDES, outubro 2000. (Texto para Discussão BNDES, n.84).

PUGA, F. P. Sistema Financeiro Brasileiro: Reestruturação Recente, Comparações Internacionais e Vulnerabilidade à Crise Cambial. Rio de Janeiro: BNDES, março 1999. (Texto de Discussão BNDES, n.68).

ROCHA, F. A. S., Evolução da Concentração Bancária no Brasil (1994-2000). Brasília: BCB, novembro de 2001. (Nota Técnica do Banco Central).

SOARES, R. P. Evolução do Crédito de 1994 a 1999: uma Explicação. Brasília: junho de 2001. (Texto para Discussão IPEA nº 808).

ANEXO I

Empréstimos do Sistema Financeiro -
Saldos em Final de Período

milhões de unidades monetárias

Período		Indústria	Habitação	Rural	Comércio	Pessoa Física	Outros Serviços	Total
1994	Jul	37 292	32 712	13 284	14 946	7 911	17 913	124 057
	Ago	39 293	33 970	13 616	16 725	10 424	18 898	132 926
	Set	41 128	34 667	14 922	17 950	12 977	19 213	140 857
	Out	41 930	35 701	15 842	18 881	14 494	20 194	147 043
	Nov	41 450	36 954	16 716	20 126	14 781	21 952	151 979
	Dez	41 674	39 487	17 503	21 127	15 377	22 583	157 750
	Total	242766,44	213490,92	91882,79	109754,43	75963,96	120752,81	854611,34

Período		Indústria	Habitação	Rural	Comércio	Pessoa Física	Outros Serviços	Total
1995	Jan	44 236	40 748	17 743	22 148	15 857	22 073	162 804
	Fev	47 401	41 875	18 399	23 366	15 327	23 209	169 578
	Mar	48 386	42 418	19 207	24 968	16 120	24 545	175 644
	Abr	49 931	44 725	19 803	26 092	16 295	24 914	181 760
	Mai	51 038	46 221	20 177	26 951	16 584	26 243	187 214
	Jun	51 056	48 534	20 472	28 169	16 333	26 709	191 273
	Jul	52 442	42 740	20 151	29 178	16 494	27 575	188 580
	Ago	53 111	44 003	20 958	29 733	16 040	27 563	191 408
	Set	53 915	45 112	22 111	30 758	16 026	28 016	195 939
	Out	54 810	45 828	21 903	31 030	16 028	28 480	198 079
	Nov	56 066	46 227	22 253	31 861	15 847	28 619	200 873
	Dez	56 850	47 095	22 740	31 177	15 449	28 685	201 996
Total	619 243	535 526	245 918	335 431	192 398	316 632	2 245 148	

Período		Indústria	Habitação	Rural	Comércio	Pessoa Física	Outros Serviços	Total
1996	Jan	55 411	47 328	21 488	31 587	15 877	28 237	199 928
	Fev	55 093	47 482	21 744	32 007	16 488	29 022	201 836
	Mar	57 408	48 228	21 967	32 158	15 820	28 429	204 011
	Abr	56 901	48 075	22 266	32 490	15 865	28 476	204 074
	Mai	57 737	47 249	22 112	32 301	16 301	28 960	204 661
	Jun	58 090	48 172	21 959	31 456	16 074	29 845	205 597
	Jul	57 607	48 458	20 446	31 473	17 120	29 613	204 717
	Ago	57 412	48 583	19 240	31 251	17 792	29 061	203 339
	Set	57 854	48 110	18 753	31 545	19 102	29 592	204 954
	Out	58 150	48 405	19 145	31 809	19 829	30 516	207 853
	Nov	58 639	48 305	19 548	28 637	21 269	29 469	205 867
	Dez	59 987	47 824	18 754	28 228	22 427	29 026	206 245
Total	690 290	576 219	247 424	374 941	213 964	350 246	2 453 083	

Período	Indústria	Habitação	Rural	Comércio	Pessoa Física	Outros Serviços	Total	
1997	Jan	59 606	48 022	19 003	27 409	23 857	29 351	207 248
	Fev	60 155	48 056	19 311	27 635	24 997	28 903	209 057
	Mar	60 494	48 269	19 569	27 839	25 857	28 814	210 842
	Abr	60 110	48 250	19 981	27 982	26 832	29 831	212 986
	Mai	61 081	48 816	20 174	28 867	27 469	30 650	217 057
	Jun	62 102	49 260	19 476	29 296	28 870	29 895	218 898
	Jul	62 657	49 808	19 614	28 928	29 868	30 293	221 168
	Ago	62 982	49 626	20 059	28 596	32 443	30 716	224 421
	Set	63 767	49 683	20 639	28 868	33 794	30 918	227 669
	Out	64 437	49 826	21 944	29 101	34 499	30 998	230 806
	Nov	65 394	49 934	22 008	29 089	34 240	31 168	231 833
	Dez	67 094	50 076	22 182	28 984	33 724	31 477	233 535
		749 879	589 625	243 960	342 594	356 449	363 013	2 645 520

Período	Indústria	Habitação	Rural	Comércio	Pessoa Física	Outros Serviços	Total	
1998	Jan	67 250	50 390	22 243	28 142	33 934	31 151	233 110
	Fev	68 677	50 965	22 919	28 439	34 605	32 202	237 806
	Mar	68 704	50 696	22 992	27 840	34 597	32 298	237 128
	Abr	69 431	50 629	23 390	27 930	35 098	32 142	238 619
	Mai	70 064	50 684	23 502	28 254	35 414	32 460	240 378
	Jun	69 789	51 262	22 856	28 003	34 848	32 778	239 535
	Jul	70 859	51 363	22 784	27 686	35 230	31 583	239 505
	Ago	72 044	52 472	22 971	27 771	35 626	32 447	243 330
	Set	72 066	53 142	25 296	26 690	35 431	33 643	246 269
	Out	72 575	53 627	24 913	26 219	34 918	34 098	246 350
	Nov	72 303	53 975	25 070	26 186	34 320	43 141	254 995
	Dez	71 976	53 956	24 770	25 344	34 594	43 237	253 877
	Total	845 736	623 161	283 705	328 504	418 616	411 181	2 910 903

Período	Indústria	Habitação	Rural	Comércio	Pessoa Física	Outros Serviços	Total	
1999	Jan	82 748	54 141	25 837	27 187	34 789	36 943	261 645
	Fev	85 970	54 051	24 685	27 292	34 479	37 777	264 255
	Mar	81 031	54 680	24 664	26 377	34 427	35 567	256 746
	Abr	78 976	54 696	24 567	26 024	34 050	35 606	253 919
	Mai	80 234	54 639	24 639	26 009	34 510	35 230	255 261
	Jun	80 576	54 326	23 274	25 750	35 734	35 310	254 970
	Jul	81 020	54 190	23 160	26 139	36 259	36 005	256 774
	Ago	82 183	53 842	23 093	26 965	37 290	36 846	260 218
	Set	83 262	53 679	23 769	27 371	37 936	37 137	263 153
	Out	84 475	53 862	24 595	27 947	39 217	37 849	267 945
	Nov	85 097	53 842	25 271	28 638	39 457	38 634	270 939
	Dez	83 703	52 991	25 426	28 488	39 751	37 965	268 323
	Total	989 274	648 938	292 980	324 188	437 899	440 869	3 134 149

Período		Indústria	Habitação	Rural	Comércio	Pessoa Física	Outros Serviços	Total
2000	Jan	83 190	53 173	25 440	27 841	40 803	37 112	267 559
	Fev	82 259	52 803	25 902	27 393	42 557	37 198	268 112
	Mar	82 333	53 664	25 990	27 487	43 368	38 103	270 945
	Abr	83 723	54 894	26 303	26 843	43 907	39 659	275 329
	Mai	80 918	59 172	26 514	28 522	48 358	42 678	286 162
	Jun	80 111	60 995	26 788	27 577	49 781	41 637	286 889
	Jul	80 684	61 316	26 686	27 663	50 880	42 520	289 749
	Ago	79 183	61 053	26 735	28 539	53 173	42 041	290 724
	Set	79 202	60 509	25 348	28 452	54 527	40 998	289 036
	Out	80 587	58 831	25 636	29 423	56 503	42 169	293 149
	Nov	83 161	56 702	26 232	30 903	58 815	44 298	300 111
	Dez	85 907	55 966	27 086	31 936	61 039	46 511	308 445
Total	981 258	689 078	314 660	342 579	603 711	494 924	3 426 210	

Período		Indústria	Habitação	Rural	Comércio	Pessoa Física	Outros Serviços	Total
2001	Jan	84 303	53 930	27 155	31 889	63 750	47 536	308 563
	Fev	88 039	53 553	27 834	32 979	65 361	49 397	317 163
	Mar	90 802	53 547	27 931	33 679	67 997	50 837	324 793
	Abr	91 590	53 170	28 217	34 239	76 040	52 165	335 421
	Mai	94 504	52 952	28 380	34 694	77 710	53 156	341 396
	Jun	94 947	22 750	23 439	35 688	72 696	54 350	303 870
	Jul	98 129	22 968	23 510	35 790	73 353	54 879	308 629
	Ago	101 158	23 153	23 992	36 114	74 374	57 276	316 067
	Set	103 952	23 581	25 050	36 920	75 054	59 546	324 103
	Out	103 383	23 756	25 985	36 988	76 447	60 218	326 777
	Nov	101 409	23 897	26 745	37 264	77 629	61 367	328 311
	Dez	98 979	23 948	26 136	36 653	77 689	60 407	323 812
Total	1 151 195	431 205	314 374	422 897	878 100	661 134	3 858 905	

Período		Indústria	Habitação	Rural	Comércio	Pessoa Física	Outros Serviços	Total
2002	Jan	99 279	24 044	26 266	36 448	78 601	60 573	325 211
	Fev	100 709	24 047	27 387	35 965	78 923	59 139	326 170
	Mar	100 526	23 950	27 271	36 014	79 774	59 510	327 045
	Abr	99 845	23 924	27 480	36 362	82 324	60 339	330 274
	Mai	101 923	24 076	27 675	36 894	83 283	61 153	335 004
	Jun	106 332	24 132	27 946	38 622	83 129	62 792	342 953
	Jul	110 409	24 014	27 389	39 160	83 034	65 478	349 484
	Ago	107 438	23 947	27 663	38 664	83 081	64 110	344 903
	Set	120 068	24 167	29 166	40 751	83 506	68 223	365 881
	Out	117 878	24 193	30 853	40 202	84 435	66 317	363 878
	Nov	116 390	23 994	32 785	40 441	82 240	68 368	364 218
	Dez	115 868	24 081	34 671	39 974	81 943	69 505	366 042
Total	1 296 665	288 569	346 552	459 497	984 273	765 507	4 141 063	

Período		Indústria	Habitação	Rural	Comércio	Pessoa Física	Outros Serviços	Total
2003	Jan	115 816	24 125	34 754	39 823	82 403	68 892	365 813
	Fev	117 220	24 220	35 395	40 191	82 941	68 930	368 897
	Mar	115 401	24 298	35 657	39 867	83 971	68 599	367 793
	Abr	111 916	24 430	36 300	40 139	85 114	66 815	364 714
	Mai	112 387	24 516	37 139	40 125	86 162	66 274	366 603
	Jun	112 543	24 694	38 432	40 191	87 080	66 415	369 355
	Jul	112 249	24 708	38 447	40 016	86 886	67 267	369 573
	Ago	112 909	24 823	39 293	39 983	87 773	66 750	371 531
	Set	113 294	24 888	41 244	40 633	90 183	65 981	376 223
	Out	113 491	24 964	42 943	41 415	91 468	66 969	381 250
	Nov	117 200	25 048	43 815	42 700	92 801	69 900	391 464
	Dez	116 868	25 056	44 861	43 285	94 431	71 908	396 409
Total		1 371 294	295 770	468 280	488 368	1 051 213	814 700	4 489 625

Período		Indústria	Habitação	Rural	Comércio	Pessoa Física	Outros Serviços	Total
2004	Jan	113 268	24 935	44 740	43 521	95 655	73 157	395 276
	Fev	114 271	24 632	45 327	43 988	97 564	72 097	397 879
	Mar	114 529	24 935	45 581	44 136	100 048	72 629	401 858
	Abr	117 437	25 105	46 091	45 285	102 465	73 806	410 189
	Mai	120 006	25 127	46 746	47 352	104 979	75 720	419 930
	Jun	120 481	25 236	47 968	48 688	107 213	76 691	426 277
	Total		699 992	149 970	276 453	272 970	607 924	444 100